

CED - P. 1. B.
DATA 24/11/86
COD. ON D 16

- POLONOROESTE -

Sipe fundação instituto de pesquisas econômicas

Relatório de Avaliação

PARQUE DO ARIPUANÃ

(Ref. OS-3-85/86 - Relatório n.o 10.3)

CARMEN JUNQUEIRA
BETTY MINDLIN

SÃO PAULO
1986

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

O PARQUE INDÍGENA DO ARIPUANA

5º RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO FIPE/USP

Carmen Junqueira

Betty Mindlin

Junho - 1986

ÍNDICE

CAPÍTULO 1 - TERRAS	01
1.1 A Definição do Território Indígena e a sua violação	01
1.2 O Massacre do Paralelo 11	02
1.3 Assalto às Terras Indígenas	04
1.4 A Redução do Parque do Aripuanã	05
1.5 Invasões em Serra Morena: Hidroelétrica e Loteamento	07
1.6 Regularização das Terras do Parque	09
1.6.1 A Área Indígena Aripuanã	09
1.6.2 Invasões na A.I. Aripuanã	10
1.6.3 Invasões na A.I. Roosevelt e no Parque do Aripuanã	10
1.6.4 Invasões na A.I. Sete de Setembro (Suruí)	11
1.6.5 Invasões na A.I. Zoró	11
1.6.6 O Massacre de 1976	13
1.6.7 O Direito dos Zoró	13
1.6.8 Mineração e Estradas	14
CAPÍTULO 2 - ADMINISTRAÇÃO	14
2.1 A Estrutura Regional da FUNAI e os Postos Indígenas	15
2.2 O Trabalho nos Postos	17
2.3 O Quadro Burocrático	18
2.4 Condições de Trabalho dos Funcionários ...	21
2.5 Ausência de Prioridades	22
CAPÍTULO 3 - MEDIDAS DE DEFESA DE TERRAS, DEMARCAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	23
3.1 Demarcações	23
3.2 Invasões e Fiscalização	24
3.3 Viagens e Fiscalização	24
3.4 Estradas e Avião para o Parque	25

CAPÍTULO 4 - SAÚDE - A GESTÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICA	26
4.1 Vacinação	26
4.2 A Casa do Índio	26
4.3 Pessoal de Saúde e da Casa do Índio	28
4.4 Situação de Saúde e Condições Econômicas de Sobrevivência	29
 CAPÍTULO 5 - EDUCAÇÃO	 32
5.1 As Escolas do Polonoroeste	33
5.2 Missionários	33
5.3 Índios Estudantes	34
5.4 Educação e Indigenismo	34
 CAPÍTULO 6 - MOVIMENTO INDÍGENA	 34
6.1 Organização e Valores dos Índios	37
 EPÍLOGO - O Aripuanã e a Política Anti-Índio	 40
 NOTAS -	 42
 LEGISLAÇÃO SOBRE O PARQUE -	 45
 REINVINDICAÇÕES E RECOMENDAÇÕES -	 47
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -	 50

CAPÍTULO 1 - TERRAS1.1- A Definição do Território Indígena e sua Violação

Dentre as ameaças que pairam sobre os povos indígenas do Brasil, a perda do território é talvez a de maior gravidade, por atingir de imediato sua sobrevivência. Vários fatores contribuem para tornar a luta de defesa ainda mais árdua: o modelo econômico que estimula ações predatórias nas áreas de avanço da fronteira, desrespeito aos direitos humanos básicos, alta concentração fundiária, de riquezas e da renda etc. Nesse contexto, os povos indígenas são vistos e tratados como sobras de liquidação de sistemas antigos e ultrapassados, vivendo em áreas ainda não alcançadas pelo ritmo do tempo industrial. Sua existência no cenário nacional é tida como transitória, à semelhança do que ocorreu em outros continentes, em outros tempos, como povos que cederam lugar à civilização Ocidental. Não há, dessa forma, nenhum empenho maior na defesa dos índios ou das suas terras. Acostumou-se a pensar terra apenas em termos de produtividade, reserva de valor, mercadoria.

Em função disso, tarefas que poderiam ser relativamente simples, como a definição do território indígena, ganham dimensão de problemas de segurança nacional. Do ponto de vista legal, é simples eleger uma área indígena: basta conhecer o território que os próprios índios definem como seu, mapeá-lo sem nada acrescentar, para ter registrado o habitat imemorial. A lei é bastante clara ao afirmar que área habitada por índio é área indígena. De acordo ainda com o artigo 198 da Constituição Federal, tal definição é indiscutível.

Mas o estado e boa parte da sociedade brasileira não aceitam que a quantidade de terra seja definida em função do modo de vida, da cultura do povo. Ignoram que a terra indígena confunde-se com o próprio estilo de viver e de pensar dos índios. Por ser ocupada, apropriada de maneira estreita, íntima, a terra liga-se organicamente ao grupo e sua cultura.

O desconhecimento dessa relação ou sua rejeição é traduzida no Brasil por uma política agressiva de expropriação de territórios tradicionais, de imposição e validação de uma única concepção do que seja a terra e de como administrar seu uso. Essa disposição autoritária é dominante e bem representada na

política indigenista oficial.

Territórios e povo indígena tornam-se problemáticos para o estado quando o avanço econômico alcança suas imediações. Ocorrem então diminuição ou expropriação das terras, transferência de grupos e outras medidas que progressivamente desorganizam ou mesmo extinguem grupos e comunidades.

A partir da década de 60, dois importantes acontecimentos imprimem novo ritmo ao avanço da fronteira econômica em Rondônia e Mato Grosso: a vasta frente de mineração, anteriormente ocupada por garimpeiros, passa a ser explorada de forma crescente por grandes companhias; a conclusão da estrada Cuiabá-Porto Velho, ligando reservas minerais de cassiterita a empresas do sul que operavam com o estanho, acelera a ocupação da área.

Aumentam as invasões de terras e os conflitos com os índios. Expedições armadas levam ao extermínio comunidades inteiras.

1.2 - O Massacre do Paralelo 11

Em 1963, um grupo Cinta Larga é dizimado quando construía suas casas na margem do rio Aripuanã. O crime, conhecido como "massacre do paralelo 11", veio a público pela denúncia de um dos membros da expedição. Revoltado porque caminhou 58 dias pela mata para finalmente não receber os "cinquenta contos" prometidos pela empreitada, resolveu delatar os companheiros e os mandantes do massacre¹

Esses atos criminosos não constituíram fatos isolados. Eles têm origem nas sucessivas invasões de territórios tribais que se seguem à abertura de estradas de penetração que tornam imediatamente acessíveis amplas áreas ricas em produtos florestais e minerais. A exploração econômica desses recursos tem implicado, via de regra, no desalojamento ou no aniquilamento de grupos inteiros. Grave é ainda a impunidade dos culpados, que favorece a institucionalização do massacre indígena como padrão habitual de conduta em áreas pioneiras.

A comissão de inquérito encarregada de investigar o massacre do paralelo 11 encontrou muitas dificuldades: testemunhas e acusados foram morrendo ou simplesmente desapareceram. Mesmo assim, o presidente da comissão concluiu o trabalho, apontando

a culpabilidade dos membros da expedição e de seus mandantes : Antônio Mascarenhas Junqueira e Sebastião Palma Arruda. O promotor, entretanto, apresentou denúncia contra os componentes da expedição, mas não denunciou seus dois mandantes "por não ter ficado concretizada a anuência da matança aos índios, já que o objetivo da expedição era a exploração de minérios e expansão do seringal" (JB 04/08/68).

Em 1975, o único condenado pelo massacre, Ramiro Costa, recebeu o indulto de Natal. Condenado a 11 anos de prisão, chegou a cumprir 5.

A imprensa durante algum tempo noticiou outras acusações: A. M. Junqueira foi apontado como a pessoa que contratava pilotos para bombardear aldeias. Um de seus sócios, Sebastião P. Arruda era irmão do ex-Prefeito de Cuiabá e ex-Presidente do Banco da Amazônia (JB 05/05/68), o outro, Amauri Furquim, era prefeito de Aripuanã (JB 28/04/68). Alguns anos mais tarde, já não se falava nem do crime nem de seus mandantes.

Nada detém a procura de minerais por grupos armados que vasculham a região dos Cinta Larga. Estes resistem como podem. Em 1966, o Posto Telegráfico de Vilhena é atacado: jornais da época afirmam tratar-se de represália à invasão de seu território por garimpeiros (JB 27/05/66). O prefeito de Aripuanã chega a pedir proteção à FUNAI contra os Cinta Larga que haviam matado um garimpeiro e ferido outros três (ESP 24/05/68). Investigações posteriores revelaram que os garimpeiros foram atacados por terem invadido terras Cinta Larga. Na mesma ocasião, o prefeito é acusado pela Funai de ter construído um campo de pouso no centro da área indígena (JB 11/05/69), na época área indígena interdita²

Com o aumento das pressões sobre as terras, a FUNAI organiza uma expedição de "pacificação", isto é, uma expedição com o objetivo de estabelecer contacto pacífico com os índios e neutralizar sua resistência.

Em 16 de julho de 1968, é interdita uma ampla área que se estendia do paralelo 11° ao 13°30' e meridiano 58°30' a 60°30', cobrindo as terras entre os rios Roosevelt e Juruena, ao sentido leste/oeste, e do alto rio Camararé ao Igarapé Jacutinga (afluente do rio Roosevelt), no sentido norte/sul (decreto nº 62.995).

Um ano mais tarde é criado o Parque Indígena do Aripuanã,

acompanhando os limites da área interditada (Decreto nº 64.860 de 23/07/69). O traçado, embora abrangesse vários grupamentos, deixava de fora aldeias localizadas mais ao norte, entre os rios Branco (afluente do Aripuanã) e Guariba, além dos grupos Suruí de Rondônia.

1.3 - Assalto às Terras Indígenas

Em decorrência do Programa de Integração Nacional (PIN), divulgado pelo Governo Federal em 1970 e que visava estimular a colonização da Amazônia, são lançadas as bases para o Projeto Aripuanã, no município do mesmo nome em Mato Grosso. As bases preliminares para o desenvolvimento do Projeto incluíam a realização de estudos para um planejamento integrado do município e a criação do núcleo inicial do Projeto, denominado Núcleo Pioneiro de Humboldt. A execução dos trabalhos ficariam a cargo da Codemat (Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso). Tal fato representava, por si, grave ameaça aos índios e suas terras. São bastante conhecidas as conclusões da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da terra, realizada em 1977 e que destacam a Codemat como órgão que atua "na concessão de grandes áreas a grandes grupos, valendo apenas mencionar o escândalo da venda de terras devolutas no município de Aripuanã"³.

O município de Aripuanã fica ao norte do estado, a 800 Km de Cuiabá e tem cerca de 140 mil km². A área é rica em estanho, manganês, ferro, diamante e titânio. O Núcleo Pioneiro de Humboldt seria instalado às margens do rio Aripuanã, ao lado de duas cachoeiras com potencial estimado em 600 mil HP.

Em março de 1973, no *Simpósio* sobre o futuro dos índios Cinta Larga, realizado na Universidade Federal de Mato Grosso, foram debatidos os graves problemas vividos pelos índios em decorrência de projetos governamentais. O prefeito de Aripuanã, presente na reunião, destacou a importância dos trabalhos a serem desenvolvidos na área, em especial o estabelecimento da ligação do município com o restante do estado. A princípio isso seria feito através de uma estrada ligando o Núcleo Pioneiro de Humboldt à vila de Fontanillas, na margem esquerda do rio Juruena. A estrada passaria dentro do Parque Indígena do Aripuanã, numa extensão de 80 Km.

No ano anterior, em agosto de 1972, o missionário Pe.Thomaz Lisboa havia localizado uma aldeia Cinta Larga no rio Vermelho(afluente do Juruena), solicitando às autoridades responsáveis pelo Projeto a interrupção dos trabalhos da estrada. Em outubro, sobrevoando a área, Pe. Thomaz verificou que as obras da estrada continuavam, pondo em risco a existência da aldeia. Na mesma época, o jornal Equipe, de Cuiabá, comentava no seu editorial, em tom sarcástico, que parte da área por onde passaria a estrada seria doada da Federação ao Estado de Mato Grosso, "mediante a extinção, redução ou a transferência do atual Parque Indígena"(31/10/72).

1.4 - A Redução do Parque do Aripuanã

As pressões para reduzir a área do Parque foram muitas. Registramos algumas para mostrar a teia de interesses envolvidos. Ainda em 1971, o prefeito de Aripuanã, Sebastião Otoni de Carvalho Sobrinho, encaminhou uma exposição de motivos ao Ministro do Interior, General Costa Cavalcante, pedindo a redução do Parque⁴. Pedidos do mesmo teor foram encaminhados ao Comandante da 9a. Região Militar, General Reynaldo Mello de Almeida⁵ e, um ano mais tarde, ao Deputado Federal, General Alípio Ayres de Carvalho. A este último o prefeito solicita que se empenhe junto à Presidência da FUNAI para obter a liberação da área⁶. Em abril do mesmo ano, esse deputado encaminha ao Presidente da FUNAI, General Oscar Bandeira de Mello, carta endossando o pedido do prefeito: "...acresce que o assunto exposto é também do interesse de vários amigos meus do Paraná, que numa corrida natural, após o alto desenvolvimento do estado, procuram as terras de Mato Grosso para ali realizarem outra grande obra, pelo bem do país, como o já o fizeram em nosso Estado"⁷.

Fica evidente que esses homens públicos não reconheciam o direito do índio ao seu território. Como sempre, as populações indígenas são expostas a toda sorte de agressão, do mesmo modo que suas terras são apreendidas e distribuídas.

Em janeiro de 1974, os limites do Parque são alterados(Decreto nº 73.563 de 24/01/74). De uma área original de cerca de 3.600.000 ha. passa a 1.672.000 ha.

Na mesma ocasião, o Projeto Humboldt já havia se distanci

ado das metas científicas propostas na sua criação, assumindo caráter apenas empresarial. Quando o General Ernesto Geisel vi si tu ou a Universidade Federal de Mato Grosso, no início de 1974, a gerência geral do Projeto entregou-lhe um estudo sobre a me lh or or ie nta ção a ser dada a Humboldt: tratava-se de criar me ca ni sm os para o fortalecimento do empresariado na Amazônia. Gei se l, por sua vez, sugere a importância da retomada de seringais nativos da região para atender necessidades da indústria auto-mobilística. Os técnicos do Projeto antevêm a possibilidade de explorar um imenso seringal nos vales dos rios Aripuanã e Branco, com mercado para cerca de 100 famílias, ainda em 1974, empregando tecnologia moderna e mecanização da coleta (ESP 24/02/74)

Um mês antes, os moradores de Humboldt foram surpreendidos com a visita de um grupo de índios Cinta Larga, que ali che-gava com o intuito de "pacificar" o branco. À visita seguiu-se forte epidemia de gripe que matou muitos índios (ESP 15/01/74). O Projeto estava colado ao território indígena.

Alertada que muitas aldeias tinham ficado fora dos limi tes do Parque, a FUNAI obtém a interdição de áreas à margem es-querda do rio Roosevelt (RO) e margem direita do rio Aripuanã (MT), estendendo proteção a outras aldeias Cinta Larga, embora por tempo limitado, pois em 1976 parte da interdição é declara-da sem efeito (Decreto nº 78.108 de 22/07/76).

O processo de expansão continua e em 1976 é iniciada a execução do Polo Aripuanã, parte do programa de desenvolvimen-to denominado Poloamazônia, que incluía a implantação de colo-nização, a construção da rodovia AR-1 e de uma cidade. O proje-to ficava entre os rios Aripuanã e Juína Mirim, em pleno terri-tório indígena e tinha cerca de 400.000 ha. Em 1979 a popula-ção assentada era de quase 3.000 pessoas. Em 1981 a população subiu para cerca de 15.000 indivíduos, dos quais aproximadamen-te 10.000 na área rural.

Ficou bastante claro que a redução do Parque do Aripuanã, em 1974, foi feita com a finalidade de abrir espaço à constru-ção da AR-1 e liberar milhares de hectares de terra para empe-ndimentos empresariais.

Em janeiro de 1978, a Codemat solicitou à FUNAI certidão negativa, atestando a inexistência de índios na área escolhida para o projeto de colonização Juína. A FUNAI expediu a certi-dão (nº 0032 de 22/06/78), declarando não ter sido constatada a

existência de aldeias na área, muito embora farta documentação disponível na FUNAI em Brasília, na 8a. D.R. de Porto Velho e na sede do Parque do Aripuanã, atestasse de modo inequívoco a presença de grupos Cinta Larga nas cabeceiras do rio Vermelho, dentro da área pretendida pela Codemat.

Na ocasião, a FUNAI em lugar de lutar contra a criminosa desinterdição dessa área, apenas cuidou de liberar recursos para a atração dos índios do rio Vermelho para o interior da reserva de Serra Morena, nada fazendo para garantir a inviolabilidade do território indígena.

A partir de 1981, nova onda de crescimento das atividades empresariais alcançou Rondônia e Mato Grosso com a implantação do Polonoroeste. O objetivo imediato do programa era o asfaltamento da rodovia que liga Cuiabá a Porto Velho (BR-364), abrindo um corredor permanente de penetração na área. Os limites do Parque passaram a sofrer violações cada vez mais frequentes, não apenas por parte de pessoas sem terra mas principalmente por empresas, tanto privadas como públicas.

1.5 - Invasões em Serra Morena: Hidroelétrica e Loteamento

Um desses casos merece destaque porque revela não apenas o grande desrespeito ao patrimônio indígena, mas a incompetência da FUNAI para proteger os interesses indígenas.

Em 1983, a empresa estatal Cemat (Centrais Elétricas Matogrossenses S/A) iniciou sem autorização federal os trabalhos de construção de uma hidrelétrica no rio Aripuanã, 20 Km acima de Serra Morena, e que iria inundar terras do Parque.

Apenas em 1985, depois de um ataque dos Cinta Larga nas proximidades do canteiro de obras da usina é que a FUNAI começou a procurar forma de defender os interesses dos índios. Constatou-se então que nas adjacências da obra eram facilmente encontrados os sinais da demarcação de Serra Morena⁸. O exame da documentação disponível na FUNAI, entretanto, revelou dados inesperados sobre a demarcação. Em 1979, ao ser feita a vistoria dos serviços de demarcação executados por uma firma particular, a FUNAI constatou que o limite leste e parte do limite norte não estavam corretos. Desde então permaceram no solo marcos e indicações equivocadas em relação ao documento inicial

que descrevia os limites da área.

Com a correção desses erros, que chegou com enorme atraso em 1985, o canteiro de obras da usina passou a ficar fora da área de Serra Morena. Por outro lado, a parcela de terra ao norte que foi incorporada ao patrimônio indígena estava ocupada por pessoas com título definitivo de propriedade. O governo de Mato Grosso havia anteriormente aberto a área a colonização, sem que a FUNAI tomasse conhecimento. Os índios, respeitando os marcos que indicavam a demarcação, aceitaram a presença desses vizinhos.

Restabelecer os direitos Cinta Larga sobre a área implica num processo que envolve a acumulação dos títulos de propriedade, que a justiça pode ou não conceder. Caso a anulação se concretize, a FUNAI deverá ainda obter recursos para indenizar os donos pelas benfeitorias existentes.

É claro que a União poderia interpelar o Governo de Mato Grosso sobre a colonização ilegal das terras. As probabilidades dessa opção são mínimas, em razão de interesses políticos. Diante disso, é mais certo que os índios percam esse pedaço de terra (cerca de 20.000 ha. de um total de 148.300 ha.). Além disso terão ainda que enfrentar as surpresas que a inundação deverá trazer. Até hoje a CEMAT não divulgou qualquer informação sobre as consequências da instalação da hidrelétrica. Desconhece-se a área do alagamento; sabe-se apenas que atingirá terras indígenas, onde se localizam seringais Cinta Larga. Não há informação sobre o que sucederá ao regime das águas do rio Aripuanã, à flora e fauna aquática. Como toda a região é severamente atingida por malária, é provável que a formação do lago agrave ainda mais a incidência da doença.

Como compensação dessas incertezas, os Cinta Larga de Serra Morena receberam um caminhão e equipamentos menores. Tiveram ainda atendida a reivindicação de uma estrada ligando a aldeia à usina. Sem recursos para manutenção, os índios viram a estrada converter-se num imenso lamaçal intransponível, na última estação das chuvas.

1.6 - Regularização das Terras do Parque

1.6.1 A Área Indígena Aripuanã

Em nenhum momento desenvolveu-se esforço sistemático para a localização das terras Cinta Larga. As expedições de "pacificação" ocorreram mais por pressão do empresariado do que pelo intuito de garantir direitos dos índios. Basta ver os limites provisórios de interdição oferecidos em 1968, no levantamento "Operação Cinta Larga" ⁹ Ficam fora da proposta todas as aldeias da margem direita do rio Aripuanã, área certamente sobrevoada, assim como todo o território mais ao norte, compreendido entre os paralelos 10° e 11° S e meridianos 59°30' e 60°15'W, que não é sequer mencionado embora abrigasse densa população indígena.

Mesmo o Decreto nº 62.995(16/07/68), que interdita área maior, não abrange as aldeias dos rios Aripuanã, Branco e Guariba. Certamente a FUNAI não ignorava a presença indígena na área, dado que, como foi visto anteriormente, o prefeito da cidade de Aripuanã a ela recorreu pedindo "proteção contra os Cinta Larga" que, de fato, repeliam os invasores que pelo menos desde o início da década penetravam em seu território (ESP 24/05/68 e 28/05/68).

Em 1975, o Presidente da FUNAI, General Ismarth de Araújo Oliveira, assinava certidão negativa da existência de aldeamentos indígenas na área, em benefício da empresa João Lunardelli S/A (certidão nº 00026 de 11/03/75).

A presença indígena é confirmada pelo administrador do Parque, Aimoré Cunha da Silva, em viagem ao rio Branco, que pede vistoria da área, com vistas à interdição ¹⁰. Em 1978, o mesmo administrador encaminha à FUNAI em Brasília proposta de interdição das terras ¹¹. A área é finalmente interditada (portaria 562/N de 14/03/79), com algumas alterações na proposta original, no limite leste. E, lamentavelmente, a interdição não abrangia a totalidade do território, deixando fora as aldeias dos rios Guariba e Capitão Cardoso, área incluída na certidão negativa dada à empresa.

A Equipe da Pastoral Indigenista da Prelazia de Rondônia (Ji-Paraná) fez um levantamento minucioso, percorrendo a área por terra e avião. Em 1981, enviou à FUNAI proposta de nova de

limitação da área interditada, que abrangia todas as aldeias re
censeadas.

A omissão e a morosidade da FUNAI deixaram a área exposta a grandes perigos.

1.6.2 Invasões na A.I. Aripuanã

Em 1978, por exemplo, mais de uma centena de garimpeiros passou a explorar ouro no local onde hoje funciona o P.I. Rio Preto. Segundo a Prelazia de Rondônia, em 1979 houve uma tentativa de mecanização de lavra de ouro pela Mineração Rondon. Em 1981 o garimpo era explorado pela Ancon Mining, firma associada à Mineração Rondon, que detinha alvará de pesquisa e lavra con
cedido pelo DNPM. Esta intrusão era do conhecimento da FUNAI desde agosto de 1978, pois em rádio expedido pela administração do Parque a Brasília relatava-se a presença de índios na área do rio Branco, a localização de derrubadas próximas às aldeias, denunciando-se ainda abusos praticados por peões às mulheres índias, além das instalações do garimpo de ouro. Em 1981, a Prelazia de Rondônia denuncia os mesmos eventos à FUNAI.

Somente em 1984 foi fechado o garimpo Ouro Preto, depois de ter causado inúmeros danos às comunidades. Mas a Área Indígena na Aripuanã até hoje não foi decretada.

Permanecem contudo invasores na área. A fazenda Sta Helena por exemplo, abriu picadas demarcatórias à margem direita do rio Guariba. Entre os rios Aripuanã e Branco estão outras fazendas, como a do Henrique e a do Libório. No setor leste da A.I. Aripuanã, o INTERMAT adentrou os limites da área indígena, tendo alertado a FUNAI para invasões que estava ocorrendo à sua revelia e não havendo nenhuma ação por parte da FUNAI. Na região do rio Guariba, entre a margem direita e o meridiano 60°, o INTERMAT planejou também um loteamento ilegal.

Em 1985 foram feitos os trabalhos de demarcação, mas as in
vasões, segundo informações de 1986, são cada vez mais numero
sas.¹²

1.6.3 Invasões na A.I. Roosevelt e no Parque do Aripuanã

Várias fazendas, entre as quais uma de um cunhado da prefeita de Espigão do Oeste, instalaram-se há anos na A.I. Roosevelt, com pastagens, pistas de pouso e desmatamentos. Iniciaram

a construção de uma estrada que pretendia cortar o Parque Aripuanã, e através da qual madeira era roubada aos índios até 1984.

A FUNAI moveu uma ação contra os invasores. Em 1985, estes conseguiram uma liminar para permanecer na área indígena: foram, porém, expulsos pelos índios.

Muitos invasores, no entanto, não todos totalmente identificados, permanecem ainda em terra indígena em especial na região do rio Tenente Marques, no Parque do Aripuanã propriamente dito.

Próximo à estrada Vilhena-Juina(AR-1) um grupo econômico invasor era notório, o Grupo Rosseti, que retirava madeira da área indígena. Em junho de 1986, a FUNAI conseguiu apreender máquinas da empresa e madeira já cortada. A maior parte das invasões, porém, continuava sem nenhuma ação para eliminá-la, e a madeira não estava sendo vendida pela FUNAI em proveito dos índios em virtude de obstáculos em Brasília.

1.6.4 Invasões na A.I. Sete de Setembro (Suruí)

Desde 1971, no início do contacto, feito em 1969, o território dos Suruí(Paiter) foi invadido por um loteamento de uma companhia ilegal, a Itaporanga. Quando, em 1976, as terras dos Suruí foram demarcadas, a área interditada em 1974 foi reduzida à metade, pois já mil famílias de colonos haviam tomado suas matas. A cidade de Espigão do Oeste está em terras arrancadas dos Suruí.

Legalizado o território, foi novamente sendo invadido por colonos. Os índios lutaram bravamente, com o apoio da FUNAI, e depois de várias mortes de lado a lado, oitenta famílias de invasores foram transferidas a projetos de colonização, em 1981.

Hoje, os Suruí acreditam que não haja invasões e têm periodicamente percorrido o território. O risco é permanente, dada a precariedade da fiscalização.

1.6.5 Invasões na A.I. Zoró

O caso mais gritante de invasão em terra indígena é o dos Zoró.

De 1979 até 1984, as informações eram de que a área Zoró não estava invadida.

Em 1984, Roberto Gambini, em relatório da FIPE(9) denunciou a existência de situação considerada a mais grave do Parque. O território Zoró estava retalhado por títulos do INTERMAT,

pelo menos quarenta registrados no Cartório de Imóveis de Ari^upuanã, sem ocupação física, no entanto. Uma estrada (cuja origem era um picadão para passagem de gado, aberto em 1976 e que a FUNAI fechara em 1979) fora construída em 1981 pelo empresário do chamado Condomínio Lunardelli, ligando a cidade de Espi^gão do Oeste à fazenda Muiraquitã, vizinha dos Zoró. A passagem pela estrada era fiscalizada pela fazenda, que construíra portei^ras nos dois extremos, cobrando pedágio dos veículos. Ao longo da estrada, um número grande de colonos invasores se ins^talara, abrindo roças e derrubando a mata. Também madeireiras atuavam. Tinha-se notícia de que 40 caminhões diários de madei^rra de lei eram roubados da área indígena na estação seca.

Diante do fato, a FUNAI mandou um grupo de trabalho em 1984, com o INCRA e INTERMAT, verificando que havia cerca de 60 invasores instalados.

A programação do Polonoroeste previu a instalação de dois postos de vigilância no início e no fim da estrada, para preveⁿir novas invasões.

Absolutamente nada foi feito, e em maio de 1986, a situação se agravara muito. Várias empresas loteavam as terras indígenas. Uma delas, a CANORPA, uma cooperativa de empresários' do Paranã, que já estava tentando entrar em 1984, fazia intenso *lobby* junto a autoridades governamentais e ao Congresso. Outros loteamentos eram de iniciativa de comerciantes de Cacoal e Espi^gão do Oeste, que afirmavam ter desmatado a área, feito plan^tações e terem levado peões para trabalhar. Tinham planos ime^diatos de construir uma pista de pouso. Ainda segundo suas in^formações, há dentro da área dois postos eleitorais, que podem contar com 700 eleitores e uma ou duas escolas.

Uma expedição dos Cinta Larga do Roosevelt em fins de 1985 à estrada e ao sul, até o rio 14 de abril, para retirar invaso^res de suas terras, abaixo desse rio, identificou um grande nú^mero de roças, derrubadas e invasões no território Zoró.

Apesar da extensão do problema, a omissão da FUNAI contiⁿua a mesma. Nem sequer tenta fazer uso dos serviços e eventu^ais informações do IBDF, que mantém um funcionário ou um posto à entrada da área indígena.

Os índios, que durante muito tempo foram submetidos a uma lavagem cerebral por missionários da New Tribesmen, e foram concentrados em regime de trabalho de roça no posto da FUNAI

bem ao norte da estrada, tomaram uma iniciativa contra os invasores, pela primeira vez, em 1985. Fizeram uma viagem ao sul da área, na região das invasões, apreenderam um caminhão e retiveram um dos invasores. A tarefa, porém, está muito acima de suas forças e necessita uma ação oficial, com apoio da Polícia Federal, para evitar choques mais sangrentos.

1.6.6 O Massacre de 1976

Como se não bastasse a atual violência contra o direito indígena, ela tem origem num massacre nunca investigado. Em 1976, quando o Condomínio Lunardelli abriu o picadão de Espigão do Oeste até o Roosevelt, foram encontrados 14 cadáveres. Ao que se tem notícia, as mortes seriam de responsabilidade do empreiteiro da estrada, uma tal Reveria, que servia ao Condomínio Lunardelli e à fazenda Concisa (onde hoje estaria um grupo arreado de índios Tupi). Esta fazenda era conhecida na região por mandar açoitar seus empregados.

Como a FUNAI estava nas proximidades da área realizando trabalhos para a demarcação da A.I. Roosevelt, ficou sabendo dos fatos, e denunciou-os à Polícia (Ofício nº 398/DGO/FUNAI de 06/06/76 e Relatório nº 003/PQARI/76, PROC.FUNAI/BSB/4248/76 e nota da 8ª D.R./nº 13/77).

Nunca se abriu um inquérito sobre o crime, que ficou esquecido até hoje. Está aí um indício de que a posse das fazendas invasoras e vizinhas de terras indígenas funda-se no genocídio, e em nenhum direito legítimo, embora algumas já tenham hoje título de propriedade das terras que ocupam.

1.6.7 O Direito dos Zoró

Um parecer da jurista Maria Eunice Paiva (25) sobre os Zoró vem confirmar o seu direito irrefutável à área indígena, apesar das numerosas invasões e das fortes pressões políticas contrárias.

A mobilização para a redução do território Zoró atinge também a A.I. Aripuanã, e parte de grupos grandes como o do Condomínio Lunardelli, de grupos econômicos do Paraná e de Mato Grosso, interessados no loteamento que a INTERMAT fez das terras, dos prefeitos de Espigão do Oeste e de Aripuanã. Não há colo

nos pequenos - há, talvez, peões enviados como ponta de lança das empresas, e alguns pequenos migrantes iludidos por empresas de má fé como a Canorpa.

É preciso toda a força do direito, e uma decisão governamental firme de respeitá-lo; para uma pronta solução - que absolutamente não parece estar em cogitação nos meses de seca de 1986. O custo material e político da retirada dos invasores é hoje alto - mas tem que ser enfrentado. A área Zoró é importante não só em si, para os Zoró, mas como defesa da integridade do Parque do Aripuanã. Deixar as invasões é abrir a porta para destruir e fracionar o resto do Parque.

1.6.8 Mineração e Estradas

Outras ameaças de invasão pairam sobre o Aripuanã. O Departamento Nacional de Produção Mineral concedeu 119 alvarás de pesquisa, incidentes sobre terras dos Tupi-Mondé, que devem ser prontamente revogados.¹³

Quanto a estradas, há projetos de uma estrada federal, a BR-174 (que parte da 319 estadual Vilhena-Juína), 85 Km. adiante de Vilhena e corta o Parque em direção a Manaus), e duas estaduais, uma a 311, é continuação de outra já implantada, que sai das proximidades de Espigão do Oeste. Cruza o rio Roosevelt e depois o rio Cap. Cardoso em direção à cidade de Aripuanã. Outra a 208, sai de Aripuanã em direção a Ariquemes e corta os rios Branco e Guariba, passando dentro de aldeias da A.I. Aripuanã.

CAPÍTULO 2 - ADMINISTRAÇÃO

Como tem a FUNAI se desencumbido do árduo dever de defender e fiscalizar os limites do território indígena, e de assegurar aos índios boas condições de saúde? Existe alguma linha mestra de política indigenista orientando os trabalhos, procurando um caminho econômico de auto-determinação dos índios, e preservação da cultura tribal? Houve algum efeito positivo dos recursos que, segundo o Programa Polonoeste, deveriam ser assegurados aos índios?

Essas perguntas, presentes em todos os relatórios e trabalhos de pesquisa antropológica na área desde 1979, e nos re

latórios de avaliação desde 1983, infelizmente têm respostas desanimadoras.

2.1 A Estrutura Regional da FUNAI e os Postos Indígenas

O parque do Aripuanã tem sua sede em Riozinho, a 12 Km. de Cacoal, às margens da rodovia BR-364 (Cuiabá - Porto Velho).

Até 1986, a administração ficava subordinada à 8a. Delegacia Regional da FUNAI em Porto Velho, e esta a Brasília. Em 1986, a autoridade reestruturação da FUNAI deixou o Parque, por muitos meses, sem saber se ficava subordinado a Manaus, Cuiabá, Porto Velho ou Brasília. O caos administrativo era tamanho, que os recursos chegavam sem que se soubesse qual o seu destino segundo o orçamento. Em julho de 1986, ficou decidido que a administração do Parque ficaria subordinada a Cuiabá. A área Zoró, porém, que como espaço geográfico e cultural faz de fato parte do Parque, administrativamente está subordinada à 8a. DR, por sua vez subordinada à Superintendência de Manaus, numa imensa dificuldade de transporte e comunicação, e sem que os funcionários de Manaus tenham a menor idéia do que seja o Polo noroeste.

Com o Programa Polonoeste a estrutura administrativa do Parque cresceu muito. Em cinco anos, o número de postos triplicou e o de funcionários tornou-se cinco vezes maior.

Em 1979, havia no Parque quatro postos indígenas (Serra Morena e Roosevelt, para os Cinta Larga, Sete de Setembro e Linha 14 para os Suruí). Em fins de 1982 foi criado o P.I. Capitão Cardoso, e pouco depois os postos de Tenente Marques e Rio Preto, todos na área Cinta Larga. Entre 1983 e 1986, criaram-se os postos Suruí da Linha 11 e Linha 9, o Cinta Larga do rio 14 de Abril e o P.I. Mequens, estes últimos três ainda a serem oficializados. Há além destes o posto Zoró.

A abertura de postos justifica-se pela necessidade de defesa do território e de atendimento médico aos índios, perto das aldeias onde estão vivendo. Em muitos casos, no entanto, nenhuma das duas coisas ocorreu.

Em 1982, por exemplo, o P.I. Cap. Cardoso foi criado - porém sem rádio ou outra forma de comunicação, sem transporte, com

acesso apenas por avião. O resultado foram surtos de febre amarela e malária que mataram índios e não índios. Mesmo depois dessa tragédia, o posto continuou isolado, sem qualquer visita aérea durante meses. No começo de 1986, houve uma revolta dos índios, que exigiam da administração do Parque um mínimo de assistência.

O P.I. Tenente Marques foi aberto mais ou menos na mesma época, para fazer face a invasões no território Cinta Larga. Também ficou isolado por um longo período.

A criação do P.I. Rio Preto, a alguns quilômetros do local onde a OPAN se instalara junto aos índios, teve a vantagem de facilitar a retirada de um garimpo invasor, o de Ouro Preto, que aí permaneceu de 1978 a 1984. O posto, porém, também com acesso apenas por avião, não fugiu à regra do isolamento.

O P.I. 14 de Abril, a ser criado oficialmente em 1986, mas já funcionando desde 1985, surgiu em consequência a uma apreensão pela FUNAI, em 1984, de madeira que estava sendo roubada aos Cinta Larga do Roosevelt pela empresa Comexmad. A renda proveniente de leilão promovido pela FUNAI reverteu à comunidade. Estimulados por esta ação de defesa dos seus direitos, muitos índios voltaram às proximidades do posto 14 de Abril, onde tradicionalmente tinham aldeias, e de onde saíram quando a FUNAI os concentrou mais ao sul, no P.I. Roosevelt. A volta dos índios e a criação do posto de vigilância 14 de Abril facilitaram a ação armada dos índios, em dezembro de 1985, que expulsou da área fazendas há anos no local, sem que a FUNAI as retirasse ou conduzisse apropriadamente uma ação judicial contra os invasores. Esta retomada das terras indígenas (embora já com matas devastadas e destruídas por pastagens) vem mostrar como foi errônea, ao longo dos anos, a política da FUNAI de concentrar a população indígena em alguns postos, em vez de apoiar a ocupação tradicional, que lhes dá condições de impedir invasões.

A criação de vários postos para os Suruí (Paiteir) explica-se pela dispersão da população após 1981, quando, tendo conseguido a retirada de cerca de 80 famílias de colonos invasores, passaram a se dedicar ao café dos lotes já formados. Seguindo as regras tribais de cooperação econômica da tribo, cada grupo de irmãos (biológicos ou classificatórios) passou a ocupar dois ou três lotes de 100 hectares cada um. Surgiram assim as comu-

nidades das Linhas 8,9, 10, 11 e 12 (além dos antigos postos de Sete de Setembro e Linha 14) que reivindicam agora, cada uma, atendimento médico, rádio, funcionários e postos se possível, o que já conseguiram na Linha 11 e vão ter em breve também na Linha 9.

Além dos Suruí (Paiteir) e Cinta Larga, há sinais de grupos arredios no Parque, Cinta Larga e talvez Nambiquara, na A.I. Aripuanã e grupo não identificado perto do Tenente Marques. Para estes, só seria o caso de um contato pela FUNAI se o serviço de assistência médica e vacinação fosse competente, ou correm o risco de serem dizimados por sarampo ou outra doença contagiosa.

Outro posto subordinado ao Parque do Aripuanã é o dos Mequens, ainda não oficializado e que vem funcionando desde 1985 com muito poucas visitas e atenção quase nula por parte da FUNAI. Quanto aos Zoró, que na verdade são parte dos povos tupi-mondê do Aripuanã, estão subordinados à administração de Porto Velho. Aí existe um posto indígena desde o contato, em 1978.

2.2 O Trabalho nos Postos

Os postos existem para garantir a vida indígena - impedir a entrada de invasores e dar assistência médica - e nesse sentido são fundamentais. Sem a FUNAI, os índios já teriam sido varridos de suas terras. O funcionamento dos postos, porém, acaba por ter, na prática, também um outro caráter.

Assim que os postos são abertos, a população indígena vem morar perto, atraída pelas novidades e serviços médicos. Os chefes de posto preocupam-se em abrir roças, muitas vezes fazendo trabalhar os índios, com a idéia de que é preciso produzir e explorar economicamente os recursos locais (plantações, seringa, castanha, café). Ignora-se que os índios têm organização social e econômica próprias - o mais comum é uma interferência cega na vida tribal, que não só traz mudanças profundas, apressando o consumo de bens industriais e a venda para o mercado, mas fixa os índios num só lugar. Diminui muito o número de aldeias espalhadas pelo território, quando essas eram os melhores vigias da área.

Também as andanças e caçadas, importantes para a defesa de terra e alimentação, diminuem, pois os índios passam a ficar

muito ocupados com tarefas econômicas voltadas para a comercialização.

Um problema tão grave como esse nunca foi objeto de reflexão ou documento por parte da FUNAI.

2.3 O Quadro Burocrático

Em 1979, eram 20 os funcionários do Parque. Em fins de 1982, já havia 40 - dos quais 17 trabalhando na Sede em Riozinho, e os outros nas áreas. Em 1986, o número total de funcionários do Parque (excluindo-se a área Zoró) era de 104 pessoas, cinco vezes o que havia em 1979. Destes, 66 funcionários eram do Polonoroeste, e 40 haviam sido admitidos de janeiro a junho de 1986. Mais de 50 funcionários trabalhavam na Sede do Parque e na Casa do Índio em Riozinho.

Os dados expressam por si mesmos o fortalecimento da burocracia da FUNAI com o Polonoroeste. Os resultados de tamanho aparato não chegam aos índios - esgotam-se na própria máquina burocrática.

É verdade que, afora as nomeações de funcionários, o volume de recursos que efetivamente chegou ao Parque do Aripuanã durante o Polonoroeste não é tão grande assim.

Qual o montante desses recursos, é quase impossível saber. Sabe-se, mal, o orçamento, sempre reprogramado a meio caminho, com preços calculados muito abaixo da inflação e necessidades mal planejadas. Os fundos, programados para o período de março de um ano a março do ano seguinte, só começam a chegar em agosto. Em 1986, até julho, a programação nem sequer fora aprovada. Com uma inflação como a brasileira, cumprir qualquer programa torna-se impossível. As verbas ficam insuficientes para veículos, combustíveis, equipamentos, etc. Assim, a programação é anulada pela sistemática de aplicação.

Quanto à execução - aos gastos - é sempre um mistério. Com dados fornecidos pela FUNAI e pela SUDECO, poderíamos, num cálculo muito impreciso, estimar que no máximo dois milhões de dólares foram gastos no Aripuanã de 1981 a 1985 - e uma boa parte desses recursos - (talvez um terço?) com demarcação de terras.¹

Os dados efetivos, que deveriam ser fornecidos em qualquer

administração racional, não são conhecidos. Até meados de 1986, a administração do Parque ficava subordinada à 8ª D.R. e alegava que por isso não tinha um quadro dos próprios gastos passados. Nem esta administração nem as anteriores jamais fizeram um relatório de atividades ou sabiam, por exemplo, o quanto haviam gasto em saúde, em defesa das terras, em combustíveis, em transportes etc. Com fundos provenientes de várias fontes (Polonoroeste FUNAI, Polamazônia, PIN e outros fundos extraordinários) ainda faz mais falta uma análise global.

O Polonoroeste, de todo modo, representou um acréscimo substancial de recursos e pessoal, que permitiriam um trabalho exemplar de assistência à saúde e defesa dos índios. Infelizmente, tal não é o caso, e a situação no Aripuanã é ainda mais dramática que há alguns anos atrás. Impõe-se identificar alguns pontos-chaves de explicação.

Não existe um quadro indigenista de administradores e funcionários, preparado para compreender o mundo dos índios e com empenho em sua defesa.

Na FUNAI como um todo, no Brasil inteiro, os funcionários fazem parte de uma hierarquia corporativa, fortalecida em grande parte no auge do regime militar, mais voltada para a defesa da própria burocracia que dos índios. Isso não quer dizer que não haja muitos funcionários dedicados, imbuídos de ideais humanistas, e alguns raros conhecedores do mundo indígena.

Mas, tanto nos altos escalões como nos trabalhos mais simples, não existe nenhuma discussão do que é o mundo indígena; de como se pode, através da política indigenista, escolher entre vários caminhos para o confronto da economia capitalista com a sociedade tribal. No Parque do Aripuanã, como em outras áreas, os funcionários são jogados no mato, sem receber qualquer informação sobre o grupo com o qual vão trabalhar, sobre o que é a organização de uma comunidade indígena, sobre a conduta que devem seguir. Professores primários, auxiliares de enfermagem, trabalhadores braçais, chefes de posto – pessoas cujo grau de instrução e experiência não expôs a uma reflexão sobre a sociedade em que vivem ou a indígena, são de repente isolados no mato, improvisando o próprio trabalho e recebendo ordens.

Houve um curto período de maior abertura na Funai em Brasília entre 1984 e 85, que corresponde à esperança, depois bastante frustrada, da democratização do país como um todo. Neste

período, voltaram à Funai antropólogos e indigenistas de mérito, demitidos no período de repressão militar, abriram-se ao público arquivos e informações indispensáveis à defesa das terras, cresceu o espaço de expressão política dos índios. Com este grupo, em poucos meses, foi possível a demarcação de um grande número de áreas indígenas no país, e no Parque do Aripuanã, a demarcação da A.I. Zoró e A.I. Aripuanã, além da redemarcação do Parque como um todo. Também houve estímulos e ações para a retirada de invasores, com as madeireiras nos Mequens e no Roosevelt.

E, como tentativa importante de quebrar a rigidez da burocracia, houve, em Brasília, um curso de indigenismo para a formação de funcionários, em parte financiado pelo Polonoroeste, e no qual ingressaram cerca de 80 alunos, muitos já com curso superior.

A reação contrária da burocracia da Funai, em especial no Aripuanã e em Rondônia, foi imensa. Uma das razões é que os seretanistas antigos, mais simples, e mesmo os recentes, acabam por assumir postos de chefia mais altos porque já estão no local, independente de terem ou não uma reflexão sobre o problema indígena.

A tradição da FUNAI é de incorporar a população indígena ao "trabalho produtivo". A FUNAI abre um posto, começa roças, fornece alimentos aos funcionários e índios que se aproximam do posto, atrai para si a população das aldeias e ignora a organização indígena, como se se tratasse de uma pequena fazenda. A entrada de novos funcionários, com visão mais ampla de uma defesa das terras indígenas e com uma outra relação com os índios — por exemplo, contato com outras instituições do governo, INCRA, IBDF, governos estaduais, mobilização de índios e imprensa, acesso a informações e mapas, valorização da história indígena e contato com outras tribos, busca de financiamento de projetos culturais, de saúde ou outros —, é vista com muita desconfiança.

Nenhum aluno deste curso foi nomeado para o Aripuanã e, no Polonoroeste como um todo, talvez apenas três ou quatro, embora justamente nessa região é que houvesse mais cargos vagos e necessidade de pessoal (faltam chefes de posto nos Mequens, nos postos Suruí das Linhas 9, 11 e 14, em Serra Morena, em Rio Preto etc.). Muitos destes cargos são preenchidos por funcioná

rios que exerciam outras funções, como auxiliares de enfermagem, motoristas, trabalhadores braçais.

2.4 Condições de Trabalho dos Funcionários

É preciso reconhecer que muitos dos atuais funcionários no campo são pessoas dedicadas aos índios e que vivem em condições extremamente difíceis. A vida nos postos é de sacrifício, em especial no Aripuanã. Postos como Tenente Marques, Capitão Cardoso, Rio Preto e até há pouco Serra Morena, são acessíveis apenas por avião, e permanecem meses isolados. Rádios-comunicação quebrados são frequentes. Os funcionários vivem sem a família, com uma alimentação precária, em casas modestas, apanhando malárias que lhes custam meses de salário para curar.

Os salários são muito baixos (menos que três salários mínimos para um professor ou auxiliar de enfermagem, cinco para um chefe de posto). Os atrasos no pagamento são espantosos. Em fins de maio, os funcionários do Polonoroeste ainda estavam sem receber o salário de abril. Os direitos do trabalhador são muitas vezes desrespeitados, há trabalhadores sem contrato, etc.

Além de uma vida pessoal difícil, os meios para um bom trabalho com os índios são poucos. Os funcionários não conseguem resolver os problemas de saúde dos índios, as invasões e as demarcações. Os conflitos entre índios, com invasores ou com a FUNAI são numerosos - há uma tensão e ameaça permanentes. Quase nenhum chefe de posto no Parque dispõe de mapas da área, das leis e decretos que a protegem. Não têm, a não ser raras vezes, recursos para munição, armas e alimentos para fazer expedições de fiscalização das áreas - e a maior parte dos administradores do Parque nunca lhes deu instruções para tal. Na área de saúde, como se verá a seguir, ainda é mais difícil. Os mais empenhados limitam-se a fazer roças grandes, até a construir casas para os índios, em geral sem muito interesse em que mantenham as grandes malocas tradicionais.

Algumas medidas simples poderiam melhorar muito a situação. Muitos dos funcionários, na área de saúde, em especial, poderiam participar de cursos de treinamento e todos deveriam receber mais informações sobre a situação indígena no país como um todo e o que ocorre com a FUNAI. O isolamento político e material em que vivem - sem um aprofundamento no mundo indígena -

tem sido causa de grandes depressões mentais no Parque do Aripuanã.

2.5 Ausência de Prioridades

A improvisação do trabalho de administração, no Parque do Aripuanã, se faz sentir em todos os níveis. Por mais que os recursos aumentem, serão sempre considerados insuficientes.

O número de funcionários tornou-se tão grande, em poucos meses, que a administração tende a girar sobre si mesma. Formam-se pequenos núcleos conspiratórios, num clima de intrigas e trações, a exemplo da estrutura de Brasília. É de se prever que logo vão considerar a sede pequena e aumentar as reivindicações para os próprios burocratas, ignorando que as necessidades básicas dos índios não foram atendidas.

Uma das características da falta de orientação dos trabalhos é que a administração transforma todos os recursos que recebe em construções materiais e pessoal, sem nenhuma imaginação para resolver os problemas em si.

Assim, quando se aponta que as invasões se multiplicam em todas as áreas, e que é necessário fiscalizar e percorrer o território, a resposta é a construção de postos de vigilância. Não há dúvida de que esses são imprescindíveis, mas em funcionamento, e com equipes que percorram a área o tempo todo, e não se limitem a estacionar nestes novos postos, repetindo o erro do trabalho indigenista dos postos. Os postos de vigilância já estão previstos em vários pontos do Parque e grande parte do equipamento, como os rádios, já foram comprados. Nenhum posto foi construído ainda, porém.

Na área de saúde, também as construções e instalações recebem prioridade. Foram construídas enfermarias na maioria dos postos, com uma arquitetura padrão. Muitas ficam em desuso, por falta de pessoal, ou servem de moradia aos índios, no mesmo local onde há remédios armazenados (linha 11). E enquanto foram gastos milhões nessas construções, a vacinação da maior parte dos grupos está interrompida há meses por falta de transporte e combustível.

No que diz respeito à educação, o mesmo se dá. Numa área indígena, o P.I. Rio Preto, foram feitas inúmeras viagens de avião para pagar o transporte de cimento. (Parece que oitenta sa-

cos de cimento eram necessários, e cada vôo transportava uns cinco. Considerando que cada vôo (ida e volta) deve custar pelo menos 400 dólares em avião da FUNAI, e muito mais em avião particular, é possível imaginar inúmeros usos alternativos).

Feita a escola, com dimensões mínimas, em que mal cabem os índios, ou não se tem professor, ou se tem professor que ganha mal, não conhece índios nem língua indígena, não tem um programa de ensino nem orientação para tal, etc. Por que não começar a escola com um tapiri e com mais idéias, e usar os vôos em atendimento médico, em vacinações e borrifações de casas que evitariam malária ?

A análise da ação da FUNAI no Parque nos setores principais - terras, saúde, educação - traz à tona mais exemplos desse caos indigenista.

CAPÍTULO 3 - MEDIDAS DE DEFESA DE TERRAS, DEMARCAÇÃO E FISCALIZAÇÃO.

3.1 Demarcação

No período do Polonoroeste, as demarcações foram feitas em 1985, nas áreas Zoró e Aripuanã, e redemarcação de todos os limites do Parque (ver cap. Terras). As demarcações foram executadas pelo Exército, o que é preferível, embora o custo seja maior, pois há maior respeito à lei. Mas a FUNAI em Brasília não recebeu oficialmente essas demarcações. A administração do Parque não sabe exatamente que limites foram demarcados e se existe algum relatório do Exército sobre o trabalho realizado. Não se tem informação alguma.

Apenas os limites artificiais (linhas secas) e não os naturais foram demarcados, o que se presta a invasões, como na terra dos Zoró, entre os rios Tiroteio e 14 de Abril, exatamente a área mais invadida.

Fala-se que nem a área Zoró nem a A.I. Aripuanã foram integralmente demarcadas. No resto da área do Parque, os índios acompanharam apenas em parte a demarcação, nos Suruí, em Serra Morena e no Roosevelt, quando seria indispensável que seguissem os trabalhos o tempo todo.

Outro defeito da demarcação é que foi prevista e feita apenas com a abertura de um caminho de três metros de largura, que poucos meses depois já deve estar coberto pela mata. A recomendação à FUNAI havia sido de uma picada de 10 metros, onde se

plantaria capim para manter os limites permanentes e visíveis.

A decisão e ação de demarcação eram atribuição da FUNAI em Brasília, do departamento de terras - não da administração do Parque.

3.2 Invasões e Fiscalização

Cada vez que a administração organiza uma expedição por terra ou ar para fiscalização, não dispõe nem mesmo de documentos importantes relativos à área, tais como decretos, legislação, memoriais descritivos e mapas. Houve inúmeros erros de demarcação que originaram invasões e os violentos conflitos de hoje, como os do P.I. Roosevelt e de Serra Morena. No último caso, a FUNAI sabe desde 1980 que a demarcação estava errada, e continuou tolerando a presença de empresa loteando a área indígena.

Nunca houve uma política da FUNAI de fiscalização do território indígena, nem eram os chefes de posto instruídos para a retirada de invasores. Ao contrário, como o principal trabalho da FUNAI é o de abrir postos e concentrar a população, elimina-se a dispersão tradicional dos índios por suas terras, que permite um controle maior das invasões. Em vez de expulsar os invasores enquanto são poucos, a inércia da FUNAI os tem deixado permanecer durante anos, até chegar a proporções insustentáveis. Todas as áreas, como exceção da dos Suruí, têm invasões.

3.3 Viagens e Fiscalização

Até 1981, praticamente só os Suruí concentraram os esforços da FUNAI para a defesa do território, enquanto as invasões acumulavam-se em todas as outras áreas.

Houve algumas expedições de fiscalização mais recentes, feitas pelos próprios índios, ou em conjunto com a FUNAI.

Em 1984, a FUNAI apreendeu madeira que estava sendo roubada aos índios do P.I. Roosevelt pela empresa Comexmad. Ainda em 1984 os índios do Roosevelt verificaram as invasões de colonos perto do posto e retiraram invasores. Em 1985 os Suruí fizeram várias expedições de fiscalização ao norte e ao leste da área. A FUNAI, com os índios de Serra Morena, fez várias expedições em 1985 para acompanhar os trabalhos de construção da hidrelétrica de Juína e verificar invasões. Outras expedições foram feitas pela FUNAI, sempre levando índios, no rio 14 de Abril e

no Tenente Marques, em 1985 e 86. Em maio de 86, estava se organizando uma expedição para apreensão de madeira no Parque do Aripuanã, perto de Juína. Em agosto de 1985, 9 madeireiras foram retiradas da área indígena Mequens.

Muitas dessas expedições foram dura conquista do movimento dos próprios índios, dos antropólogos, da equipe de avaliação do Polonoroeste e de alguns funcionários locais dedicados. A idéia de fiscalização, agora, ao contrário de anos anteriores, começa a se tornar exigência dos índios - mas o território do Parque continua à mercê de quem quiser entrar. Dadas as imensas pressões existentes, uma fiscalização muito mais organizada deveria ser estruturada. As planejadas equipes de vigilância permanente jamais foram montadas, e como os recursos do Polonoroeste ainda não chegaram esse ano, a seca, o pior período para as invasões, promete ser um desastre.

No Parque do Aripuanã, todas as viagens às áreas encontram grandes obstáculos. Dos 13 ou 14 veículos de que dispõe o Parque, não há um sequer reservado exclusivamente para fiscalização e defesa. Pelo menos dois ou três não deveriam ter outro uso, e teriam que ter qualidade suficiente para as péssimas estradas e lamaçais.

3.4 Estradas e Avião para o Parque

Foram sempre recomendadas, em todos os relatórios, como necessidades prioritárias, não só para a vigilância e defesa, mas para a saúde.

Sobrevãos examinando limites críticos poderiam unir-se ao uso de fotografias Landsat (que existem em Brasília, mas jamais foram utilizadas, nem aí e quanto menos enviadas à administração local).

Estradas para os postos Roosevelt, Cap. Cardoso, Tenente Marques, Serra Morena, Linha 14, Zoró, foram programadas dois anos seguidos pelo Polonoroeste, e não foram construídas. A do Roosevelt foi feita de forma precária e provisória pelos próprios índios, em conjunto com a FUNAI.

Os custos das estradas são altos, mas poupariam imensos gastos em vôos. Também a compra de um avião diminuiria, no tempo, os custos com vôos de aviões alugados.

A reivindicação de estradas foi uma das causas do conflito dos índios com a FUNAI, em 1986, que provocou a tomada da sede do Parque pelos índios.

CAPÍTULO 4 - SAÚDE - A GESTÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICA

É neste campo que o desleixo e desorganização da FUNAI ficam mais aberrantes. Vários relatórios médicos o confirmam².

A FUNAI tem um médico, um dentista, dois enfermeiros, auxiliares de enfermagem previstos para todas as aldeias do Parque e para a sede. Há uma Casa do Índio em Riozinho, enfermarias em todas as aldeias, recursos previstos para a vacinação de dois em dois meses, com verba para combustível. Há 13 veículos' no Parque, há um convênio com um hospital de Cacoal, verba para medicamentos, etc. Recursos bastante grandes, inacessíveis à população em geral. E nada funciona.

4.1 Vacinação

A vacinação só ocorreu de dois em dois meses por duas vezes seguidas, no início do ano. Vários postos estão há muitos meses sem vacinação, como do do Cap. Cardoso ou Mequens, e outros com vacinação muito incompleta, pois os índios não são avisados dos dias de visita das equipes volantes de saúde e os cronogramas de visita, de todo modo, nunca são mantidos. Mesmo nos Suruí, onde o acesso é tão fácil, a vacinação tem sido muito precária. Nos Mequens, onde há três anos atrás a FUNAI deixou morrerem vinte e cinco pessoas pelo menos, de sarampo, num total de cem, a última e única visita da EVS foi feita há um ano.

A borrifação das casas contra malária, feita pela SUCAM, com periodicidade recomendada de 6 meses, também deixou de ser feita em muitas áreas, porque o transporte deve ser pago pela FUNAI. Em 1985, as Linhas 9,10,11,12,14 e Serra Morena foram borrifadas duas vezes, o Roosevelt uma e os outros três postos Cinta Larga e os Mequens nenhuma.

4.2 A Casa do Índio

Localizada na estrada Cuiabá-Porto Velho, perto dos centros urbanos, atrai a população para fora da área indígena. Tal sistema tem sido alvo de críticas e recomenda-se que a assistência médica seja levada para dentro das áreas indígenas e não o oposto. Uma alteração radical nos serviços torna-se necessária, com pessoal qualificado indo às áreas, aí permanecendo por períodos mais longos, e unidades na cidade só para emergências e internação em hospitais.

A localização da Casa do Índio na estrada foi causa, desde o asfaltamento da BR-364, de sete atropelamentos, os dois últimos com morte imediata de uma mulher e uma criança Cinta-Larga. Tem-se notícia de esforço recente da administração para conseguir outro lugar.

Já não é sem tempo, mas dificilmente só a mudança de local será solução. A Casa do Índio de Riozinho é um dos maiores exemplos de insalubridade no atendimento aos índios. Serve não só aos doentes, mas aos índios em trânsito, que vem comercializar os produtos ou falar com as autoridades, e também aos "índios estudantes", rapazes que resolveram estudar na cidade e acabam ocupando o alojamento e cama dos doentes.

Apesar de a Casa do Índio contar com vinte funcionários, a sujeira não poderia ser maior. Nada se varre. Duas grandes casas de alojamento, sem arejamento, separam, não doentes de sadios, mas os Cinta Larga dos Suruí. Há outros pequenos alojamentos para alguns casais de índios que moram em Riozinho. Nenhuma maloca, que seria mais saudável e fácil de construir.

Há dois banheiros, um para funcionários, e um para os índios, cujo número chega, às vezes, a duzentos em Riozinho. O caminho do mato, entre o alojamento e o rio, é fétido e intransitável - quando nas aldeias indígenas tradicionais, a sujeira é impensável.

A água do poço teria boa qualidade, mas jamais é feita uma limpeza; há sapatos velhos jogados dentro. Quem chegar são a Riozinho, corre o risco de sair doente só pela água.

As condições de alimentação são muito ruins, sem nenhum esforço para manter as tradições alimentares indígenas. As despesas são sujeitas a um incrível controle burocrático por um lado, e total descontrole por outro. Obter alguns poucos frutos ou alimentos para índios tuberculosos exige que ofícios datilografados com o pedido sejam enviados pelas enfermeiras para o outro lado da estrada, para a Sede, a 300 metros. Medicamentos, por sua vez, são muito mal controlados, com indícios de usos inadequados.

Embora haja treze veículos no Parque, nenhum serve especificamente à saúde. Nunca há carros prontos para levarem um doente de Riozinho a Cacoal - e menos ainda para as viagens da EVS às áreas.

Enquanto pelo menos três veículos e 30% das horas de vôo

disponíveis deveriam ser reservadas para o atendimento médico (e os carros até pintados e seu uso para outros fins proibidos), há uma total inversão de sua utilização. A ênfase é na comercialização dos produtos dos índios, na produção, bem como no transporte de funcionários. Não se pensa que a prioridade absoluta seria a de reservar os recursos para viagens pelo menos bimestrais a cada área, mais algumas de viagens de emergência.

O mesmo ocorre com os vôos. Há anos a administração alega que não tem recursos para frete de aviões, deixando por isso de borrifar as casas com a SUCAM - mas às vezes acaba fazendo de emergência dez vôos seguidos para retirar doentes com malária - o que se teria evitado se o primeiro gasto fosse feito.

Os gastos maiores com estradas ou saneamento (poços) estão na mesma categoria. Deve-se reconhecer, no entanto, que alguns poços para água nas aldeias foram perfurados, e que rádios para comunicação foram comprados em todas as aldeias.

4.3 Pessoal de saúde e da Casa do Índio

Trabalha com salários extremamente baixos, muito inferiores aos do serviço público da região. Não têm diárias para trabalhar no campo. Com esses salários, dificilmente se consegue pessoal com qualificação, como auxiliares de enfermagem.

Quando entram funcionários dedicados e ativos, não conseguem permanecer por causa da confusão administrativa. Queixam-se com razão, de que os esquemas de vacinação não são mantidos enquanto a datas, que a população indígena é avisada e a equipe não consegue ir, arcando com as consequências da irritação dos índios. Chamados para o atendimento de doentes graves nas aldeias, que por razões culturais se recusam a vir, ou chamados para partos, não são atendidos, pois a administração não considera que se trata de prioridade. Quando a equipe vai, é obrigada a encurtar as viagens e interromper a vacinação porque os pilotos resolvem ir a outro lugar de seu interesse ou a FUNAI chama o avião, que deveria ser exclusivo do Parque ou pelo menos do Polonoeste, para outra região como Acre ou Maranhão. Como o avião tem poucas horas de autonomia de vôo, sempre há 'pretexto' para a burocracia de Brasília tirá-lo de onde está.

Manter vacinas em geladeiras, sempre prontas para as viagens tão imprevisíveis, é outro drama. Não porque seja difícil conseguir vacinas, sempre fornecidas pela Secretaria de Saúde, mas pelos obstáculos que põe a administração à mera compra de

dois bojões de gás por mês para a geladeira.

Há uma enorme falta de comunicação entre as aldeias e Casa do Índio, e não há troca de informações e continuidade no tratamento dos índios. Até há poucos meses atrás, havia muitas mortes nas aldeias porque o rádio não funcionava aos sábados e domingos, ou porque recados não eram passados.

Com essa falta de estímulos, acabam ficando na FUNAI apenas pessoas de pior qualidade, que mal conhecem a população indígena e não acompanham cada indivíduo com o interesse que seria necessário.

É preciso reconhecer que, nesse caos, no entanto algumas medidas são levadas a cabo apesar da improvisação e do desperdício de recursos. O médico, por exemplo, atende um bom número de casos, e o dentista também, embora não viaje. Alguns doentes recorrem aos serviços médicos e à Casa do Índio em Porto Velho; o tratamento da tuberculose tem sido razoável. Houve uma amputação de perna acompanhada com grande cuidado, e viagens a São Paulo para tratar de esterilidade e tuberculose. São poucos casos, e com alto custo.

4.4 Situação de saúde e condições econômicas de sobrevivência

A situação de saúde se agrava com as deficiências, em outros setores, do trabalho indigenista da administração.

Nunca houve, na verdade, um trabalho indigenista - houve uma destruição quase deliberada da vida econômica tribal, sem atenção à desorganização social provocada pela FUNAI. Assim, no Aripuanã, (a exemplo de outras áreas de Rondônia), houve uma total mistura da economia do posto e da economia tribal. A FUNAI abria um posto, chamava os índios para trabalharem e fazerem uma roça grande do posto, "coletiva", muitas vezes fornecia comida para os índios trabalhadores e não para os outros. A cooperação econômica tradicional se via prejudicada: a autonomia indígena cortada na raiz, as atividades econômicas sujeitas ao paternalismo da FUNAI; o consumo e o dinheiro estimulados. Tal sistema foi amplamente descrito e criticado nos trabalhos etnológicos e relatórios de pesquisa sobre a área.

O caso mais dramático é possivelmente o dos Zoró, onde o posto promoveu imensa roça, num absurdo desmatamento, sem possibilidade nem mesmo de escoar o produto, pois só havia transpor-

te aéreo. Como o posto submeteu os índios a um trabalho de sol a sol, deixaram de caçar e percorrer o próprio território - indubitavelmente uma das causas das atuais invasões. Não se pode culpar o chefe de posto. Em menor ou maior grau, esta é a política da FUNAI em todas as áreas.

A ausência, na FUNAI, de reflexão sobre o que é o tribal (e, ao contrário, uma política implícita desmoronando a vida comunitária), está na origem da situação econômica atual dos índios, de quase impossível manejo.

Agora, as comunidades indígenas, ou através da produção de café, ou através da seringa, ou ainda, num ou noutro caso, com a venda de madeira apreendida de invasores, parecem voltar-se para a vida urbana, para a necessidade de consumo e dinheiro. Consumo não são de roupas e objetos, mas o desejo de construir casas como as dos colonos, de ter luz elétrica, de ter veículos, de ter exatamente o que os funcionários e seus amigos da cidade almejam.

Entrando recursos do Polonoroeste, a FUNAI procura atendê-los em suas reivindicações. O uso prioritário dos veículos do Parque é para levar e trazer produtos, ou os índios em suas compras. Um exemplo típico do que ocorre é o caso de um excelente auxiliar de enfermagem que, em virtude do baixo salário, foi promovido a chefe de posto e hoje só exerce a função virtual de motorista, comercializando a produção indígena, enquanto a saúde de aldeia vai por água abaixo.

Não há o que prenda muito os índios à área. O tratamento de saúde nas aldeias é péssimo, exigindo que vão à cidade, para tratamento igualmente ruim. Têm que levar a produção à cidade, e fazer compras. Necessitam cada vez mais de alimento industrializado e de dinheiro, o padrão tribal de caça, com tempo dilatado para coleta e rituais, tendo se alterado muito com o trabalho dedicado à produção para o mercado. Os índios jovens querem a escola nas cidades, as da FUNAI sendo inoperantes - tudo atrai para fora.

O círculo vicioso criado pelo mau atendimento médico fica evidente nos partos e doenças de crianças pequenas. Está havendo um afluxo de mulheres para dar à luz nos hospitais de Cacoal, nos dois ou três últimos anos - porque não há assistência nas aldeias, porque a mortalidade é grande, e porque as condições de alimentação e saneamento alteradas nas aldeias provocam mais

doenças. Ora, mães e nenês que vêm à cidade apanham novas doenças, ou na Casa do Índio ou no hospital, têm alimentação pior, que contradiz os padrões culturais, e não obedecem às regras tribais de reclusão nos partos e doenças. Insatisfeitos e desesperados, muitos querem evitar todo o tratamento médico urbano, mas na aldeia também os riscos são imensos.

No processo de mudança, a valorização da cultura é um mero desejo de antropólogos, e tarefa de um sistema educacional que inexistente.

Hoje a FUNAI vai a reboque da situação que criou - tenta satisfazer sem discussão um sem-número de aspirações dos índios. Em muitos casos, os funcionários da FUNAI fazem o papel de empregados e servidores dos índios: carregando-lhes a carga de café ou borracha, obedecendo ordens, construindo casas para os índios, até derrubando roças (como no P.I. Sete de Setembro, onde quatro funcionários do Polonoeste faziam uma roça para os índios, não se sabe com que justificativa). Não se recusa um carro para transporte de mercadoria, quando pode ser muito mais necessário para a saúde; não se discutem os padrões alimentares e a ausência de roças. A produção de café, por exemplo, é bastante subsidiada pela FUNAI. Talvez, na verdade, dê prejuízo, e ninguém tenta fazer com os índios esses cálculos econômicos. A venda de madeira em algumas áreas, para fazer estrada (Roosevelt) ou financiar os alimentos dos trabalhadores da roça (linha 14) é outro imediatismo.

Quanto aos índios, passaram a um grau de pobreza bastante grande, pois a renda que obtêm com atividades comerciais, é pequena. Alguns grupos Suruí ganharam uma quantia razoável com o café em 1986, quando os preços estavam altos. Mas para o ano inteiro, e tendo em conta que acabam gastando indiscriminadamente, é pouco, e faltam-lhes recursos para alimentação, em boa parte do ano. O que mais se lamenta é que os índios não tenham estímulo para preservar formas tribais de sobrevivência, onde ainda são homens ricos e livres. Os grupos Cinta Larga com menos contato tenderão a refazer o mesmo percurso.

Combinar a vida tribal com o capitalismo em expansão não é fácil, nem saber o que pode despertar os índios para a consciência da mudança. O caminho atual é que certamente não está levando à autonomia, nem centra a vida na tradição indígena.

Uma última confusão administrativa lamentável é a nomeação de inúmeros funcionários índios pelo Polonoeste. É verdade que

os salários são muito pequenos, e que grande parte dos índios nomeados não fazem nada. Mas passam a participar da casta da FUNAI (sob protesto, é verdade, da maior parte dos funcionários, que temem perder seus empregos). Criam-se divisões e ciúmeiras na comunidade. Alguns índios começam a bater ponto, interrompendo complexos rituais indígenas como o Mapimaí Paiter de 86 para voltar com pressa ao horário burocrático. Os índios, porém, vêm favoravelmente esses cargos, como uma entrada de dinheiro e poder - sem especular, ainda, se isso irá num futuro próximo criar amarras a um movimento indígena mais independente.

CAPÍTULO 5 - EDUCAÇÃO

Um trabalho indigenista, para se contrapor ao "laissez-faire" da FUNAI, deveria estar associado a um programa de educação cheio de imaginação.

Seria preciso conhecer o grupo, a tradição, a língua indígena; usar na escola a história tribal no sentido amplo, com música, mitos, com o relato das violências sofridas, as lembranças dos mais velhos, as antigas migrações e ocupações de território; passar informações sobre os outros índios e sobre a região; fazer o estudo do direito dos índios; da sociedade brasileira, a indústria, as relações de trabalho, o governo, as instituições; os planos econômicos e políticos que ameaçam os índios e formas de defesa; a vida nas cidades; informações sobre tecnologia, sobre as máquinas que usam e outras; o estudo da matemática; a fiscalização e acompanhamento das contas e administração da FUNAI, e tantos outros temas, discussões que, ao interessar os índios, iriam mantê-los mais permanentemente na área. Simultaneamente, a escola iria conversando sobre os problemas das mudanças que estão experimentando, e até problemas específicos, como o dos padrões alimentares; o de como vender artesanato a altos preços sem perder qualidade; como ter e fazer roupa com desenhos tribais, etc.

Desvendar e desmitificar o quanto possível o nosso mundo, usando material visual e a partir do interesse dos próprios índios, deveria ser o objetivo educacional básico.

Tal escola seria de alta qualidade, exigindo pessoal orientado por educadores e antropólogos - algo nada impossível no Brasil de hoje, com as universidades e o trabalho educacional

que existe - mas utópico para a rígida estrutura administrativa da FUNAI, onde qualquer convênio que não seja com as missões religiosas tradicionais, encontra barreiras insuperáveis.

5.1 As escolas do Polonoroeste

O Polonoroeste implantou um sistema educacional com verbas e pessoal, e sem nenhuma teoria do que consiste o ensino para os índios.

Assim, escolas foram construídas e professores nomeados em quase todos os Postos. Os professores ganham pouco, para viver mal, em condições precárias. Em maio, foi nomeada uma orientadora educacional, que pode trazer um avanço, mas teria sempre que contar com os empecilhos administrativos e com os professores já existentes.

A maioria dos professores não tem a menor idéia do que ensinar, são mudados permanentemente de posto, dada a insatisfação dos índios, mal e mal conseguem transmitir um pouco de aritmética. Em dois ou três anos, nunca houve uma experiência com sequência de três meses ou mais no Parque. Os índios acabam por descrever de si mesmos e da escola.

Os professores jamais tiveram a oportunidade de um seminário sequer sobre suas funções e menos ainda um curso inicial de preparação. Não sabem nada sobre o mundo indígena e não têm grande interesse ou forma de aprender a língua indígena.

5.2 Missionários

A omissão da FUNAI abre brecha para o trabalho missionário. No Parque, o grupo quase destruído pela presença missionária foram os Zoró. Como estes moraram um tempo com os Gavião, onde estavam membros da Novas Tribos, converteram-se e abandonaram muitas de suas práticas tribais. Os missionários foram expulsos por Apoena Meirelles em 1981. Nos Gavião, a cultura tradicional e a luta pela terra reviveram desde então, mas no Zoró as marcas da submissão religiosa foram profundas, e até hoje, os rituais de pajelança ainda estão adormecidos.

No resto do Parque, em especial nos Suruí, a ameaça é a do Summer Institute of Linguistics. Três missionários propõem-se a bertamente a traduzir a bíblia. Um destes conhece os índios há anos. Nunca tomou qualquer atitude em defesa da terra e dos in-

teresses dos Suruí, mas os seus intermitentes serviços de saúde são suficientes para conquistar pelo menos algumas pessoas. Já mais fizeram qualquer denúncia sobre as muitas mortes de que foram testemunha, quando o sarampo dizimou trezentos Suruí. Estão sem autorização da FUNAI, pois esta ainda não renovou o convênio com o SIL, cujo prazo expirou em fins de 85. Se a FUNAI não tomar logo providências, sua permanência pode ser desastrosa para a cultura até agora tão vital dos Suruí, atraindo também outros missionários, como alguns índios Terena crentes.

A escolaridade enganosa que oferecem atrai algumas pessoas da comunidade, pois não têm qualquer exemplo de opções melhores de ensino, e a escola lhes parece uma solução para as dificuldades e inferiorização dos índios no mundo em volta.

5.3 Índios estudantes

Outra consequência das promessas de escola, são cumpridas pela farsa existente, é um grave drama social, o dos rapazes adolescentes, todos Suruí, que permanecem na Casa do Índio em Riozinho e vão estudar nas escolas públicas de Cacoal. Não conseguem acompanhar bem a escola, que não é apropriada para o que conhecem como visão de mundo, e linguagem, além de fraca para os brasileiros em geral. Sentem-se inferiorizados, começam a beber, desligam-se da comunidade e é difícil prever como ficarão no futuro.

5.4 Educação e Indigenismo

Uma administração mais esclarecida sobre o mundo indígena, teria que enfrentar de forma diferente da atual o confronto entre dois sistemas vivido hoje pela população do Aripuanã.

Certamente não é fácil, numa instituição autoritária, defender o território, preservar a saúde e ir traduzindo aos índios a sociedade contemporânea. Os administradores teriam que ser pessoas de personalidade especial, presentes junto aos índios, aprendizes e mestres, mobilizadores de sua defesa - uma escola permanente, que fosse também, para nós, uma universidade para o que os índios têm a ensinar.

Se estas idéias parecem utópicas, não o seriam se a FUNAI fosse um órgão mais aberto, em situação política democrática.

CAPÍTULO 6 - MOVIMENTO INDÍGENA

A história recente dos conflitos de terra no Aripuanã é sur

preendente. Ainda mais quando se tem em conta que nessa região a FUNAI, desde os anos 70, sempre procurou manter um controle bastante grande sobre os índios, evitando que viajassem para as cidades, que falassem com a imprensa, que desenvolvessem uma organização própria.

O Parque ficou famoso, contudo, pelo movimento Suruí (Paiter) de luta pela terra, movimento que teve todo o apoio da FUNAI. O assassinato de Oréia, irmão de Anine, em 1976; a tomada do posto pelos índios e várias mortes de colonos, culminando com a expulsão de quarenta invasores em 1980, a morte de dois colonos em 81, pelos Suruí, e a retirada final de oitenta famílias de colonos instaladas nas terras Suruí desde 1976, foram notícia em todos os jornais do país.

Nos últimos dois ou três anos, os índios mostraram que são tão alertas para as agressões ao seu território.

Em 1984, os Cinta Larga do Roosevelt tentaram recuperar, e conseguiram em parte, o território invadido próximo ao P.I. Roosevelt, onde a FUNAI fizera com erro a demarcação. Queimaram casas de colonos e os expulsaram. Ainda em 1984, denúncias de roubo de madeira resultaram na apreensão, pela FUNAI de quatrocentas toras de madeira na A.I. Roosevelt, perto do rio 14 de Abril e do rio Taquari. Aí, dentro da área indígena, havia uma estrada construída pelo cunhado da prefeita de Espigão do Oeste. A apreensão da madeira estimulou a luta dos Cinta Larga, que em fins de 1985 recuperaram parte da área invadida das fazendas, atacando-as uma a uma. Fizeram questão de devolver a maior parte do gado dos invasores, conservando umas cento e cinquenta cabeças.

Em 1985, os Suruí percorreram boa parte de seu território e conseguiram a retirada de um invasor ao norte. Verificaram que havia trilhas de madeiras na direção de Espigão do Oeste.

Em 1985, a FUNAI retirou 9 madeiras da área dos Mequens, e apreendeu 500 mil dólares de madeira, juntamente com o IBDF. Pouco depois os Mequens (Sakirabiar) foram obrigados a mobilizar amigos em Brasília para, através da Procuradoria Geral da República, impedir que a FUNAI (que sofrera no meio tempo uma mudança administrativa) liberasse novamente para os invasores a madeira apreendida.³

Em 1984, os Cinta Larga do Cap. Cardoso mataram um notório malfeitor conhecido como Sapecado que há anos garimpava em ter

ra indígena, e assassinara há pouco uma índia.

Ainda em 1985, os Cinta Larga de Serra Morena mobilizaram-se contra a hidroelétrica de Juína, que de um dia para outro des-
cobriram ter sido construída em suas terras. Já desde o final
de 1982 haviam organizado expedições para verificar invasões em
seu território, mas a obra da hidroelétrica, feita pelo governo
do Estado de Mato Grosso, tomou-os de surpresa. Conseguiram fa-
zer um acordo com a CEMAT (Centrais Elétricas de Mato Grosso), em
que a empresa cedia a várias de suas reivindicações, tal como
a construção de uma estrada ligando Serra Morena à estrada Ari-
puanã - Juína⁴. Em agosto de 1985, como o acordo não fora cum-
prido, não tendo sido construída a estrada, os índios acamparam
com mulheres e crianças na obra. Deram uma entrevista à CBS, Em-
presa Americana de Televisão e ameaçaram (implicitamente) matar
e queimar se não obtivessem o que queriam. A estrada foi feita -
embora não com a qualidade desejável.

Foi também em 1985 que os Zoró apreenderam um caminhão in-
vasor e seguraram uma pessoa.

É ainda de 1984/85 o movimento dos Gavião e Arara em defe-
sa de suas terras, quando prenderam dez colonos como reféns, e-
xigindo a retirada de cinquenta famílias de invasores de suas
terras, o que acabaram por conseguir, apesar da oposição do pre-
feito de Ji-Paraná e do Governo de Rondônia, que têm apoiado mo-
vimentos locais para novas invasões.

De fato, em julho de 1986, o Lourdes estava sendo outra vez
invadido, e famílias de índios tinham fugido em pânico.⁵

No início de 1986, os Cinta Larga do Cap. Cardoso revolta-
ram-se, por não receber há meses nenhuma assistência da FUNAI, e
exigiram uma visita da administração.

Em março de 1986 os Cinta Larga do Guariba, na Área I. Ari-
puanã, mataram dois garimpeiros e afugentaram um funcionário de
uma das fazendas invasoras de sua área, em represália a ameaças
de morte e emboscadas que vinham sofrendo. Tais intimidações par-
tiam de grupos econômicos da região, fazendas vizinhas inconfor-
madas com a demarcação da área em 1985.⁶

E finalmente, em maio de 1986, os índios Cinta Larga, pri-
meiramente, e depois os Suruí (Paiter), Sakirabiar e Makurap (da
A.I. Mequens), com o apoio dos Gavião, ocuparam a sede do Par-
que do Aripuanã, por cerca de 15 dias. Deram inúmeras entrevis-
tas às televisões e jornais e controlaram todas as atividades no

Parque, ocupando as salas, determinando o uso de veículos e rádio, etc. . A tensão era imensa, com momentos em que atos violentos poderiam ter atingido funcionários da FUNAI e instalações. Na Casa do Índio, às noites, grupos imensos cantavam e dançavam. Quem conhece os Paiter e Cinta Larga (evocando, por exemplo a morte de um chefe de posto e um telegrafista no P.I. Roosevelt em 1971, num rito que lembra a cerimônia do "bebe-aka", "matar quemeixada" dos Cinta Larga) sabe bem que aí não está apenas uma ameaça figurada. É preciso lembrar que a administração da FUNAI portou-se bem na ocasião, evitando chamar a Polícia e criar uma espiral de violência.

As reivindicações dos índios eram a construção de estradas, principalmente a que ligaria o Roosevelt à estrada de Espigão do Oeste, e sua continuação, se possível, para os postos de Capitão Cardoso e Tenente Marques, a demarcação das terras não demarcadas, como Mequens e trechos que faltam no Parque, a legalização completa das terras e a retirada de invasores e apreensão de madeira. Exigiam também a vinda do Presidente da FUNAI, o que acabou não ocorrendo. *

Enquanto alguns índios queriam por fogo na FUNAI e conservar reféns até a chegada do Presidente, outros, cuja opinião acabou prevalecendo, sugeriam que os índios do Polonoroeste fossem ouvidos no Congresso Nacional o mais breve possível. Com o apoio de parlamentares, queriam organizar uma comitiva a Brasília.

O movimento esvaziou-se por falta de condições de permanência e alimentação em Riozinho, e na expectativa de futuras reuniões.

6.1 Organização e valores dos índios

A formação de um movimento autônomo dos índios no Aripuanã ressentiu-se da transformação por que estão passando.

É difícil, no momento, para os índios, saberem exatamente a que mundo pertencem. Estão sempre suspensos entre dois siste

* É interessante lembrar que mais ou menos na mesma época, os índios Yanomami, em luta pela demarcação de suas terras, também reivindicavam num movimento semelhante a visita do Presidente da FUNAI. Esse os deixou esperando mais de um mês, e só foi a Roraima a chamado da Associação Comercial de Roraima, que pretendia reduzir a área delimitada para os Yanomami.

mas, como um pêndulo hesitante.

Em matéria de saúde, por exemplo, já não podem fugir aos médicos e hospitais, e à (falha) assistência da FUNAI. É comum, no entanto, os mais velhos lutarem por reter os nenês na aldeia, ou os retirarem de tratamento médico nos hospitais urbanos. Os mais velhos e tradicionais têm falado em público, até mesmo em Porto Velho, contra os jovens líderes que perdem seu tempo em reuniões (políticas) com os "iara",* enquanto as crianças morrem como moscas. Reclamam o tratamento antigo pelos pajés e remédios do mato, culpando a concessão do contato pelos novos males.

A recusa do colonizador, porém, já não consegue se afirmar, e nenhum lado é forte o suficiente. Na aldeia, os novos hábitos de alimentação, consumo, roupas, habitação, novos horários mais regulares como os do colonizador, resultaram numa sujeira e menor higiene inexistentes há três ou quatro anos. Quem vê as roupas encardidas e esfarrapadas, imagina como seria importante promover agora modelos novos coloridos, camisetas e saias com motivos tribais de pintura corporal ou outros, impecavelmente limpos, que os exibissem na cidade como os senhores da terra e artistas que sempre foram.

A saúde e a limpeza sofrem com a mudança de padrões. Já não caçam, pescam e colhem como antes; a alimentação tornou-se cara, deficiente de proteínas e carregada de amido, em especial nos Suruí. As malárias sucessivas acentuam o mau estado físico.

Com relação às escolas, também querem os dois universos contraditórios. Há a idéia de que alguns rapazes deveriam seguir as escolas urbanas e desvendar para os outros os segredos dos "iara": mas já se torna claro que esses correm o risco de desligar-se e recusar a comunidade, de aprenderem menos a serem índios. De todo modo, na atual geração de dez a quinze anos, as tradições estão chegando de forma muito mudada.

Em política, as escolhas são ainda difíceis, e grandes as diferenças entre os muitos grupos do Aripuanã (pois de forma alguma os Cinta Larga, por exemplo, constituem uma tribo ou grupo homogêneo). Muitos líderes, de integridade admirável, demonstram perspicácia quanto às ações de empresas madeireiras e de mineração, e têm se recusado a acordos e manobras, Analisam

* iara é o colonizador.

o que é a FUNAI, os jogos de poder, seu alcance e limitação. (Há pouco, um líder Suruí acompanhou o Senador Severo Gomes a uma visita ao Parque Yanomami, e voltou consciente de que lá, a FUNAI está de fato a serviço das empresas, expulsando os índios das próprias terras, não cumprindo nem mesmo as tarefas mínimas, como no Aripuanã). É possível que outros líderes percebam menos, por ter menos experiência, as relações sociais vigentes no Brasil.

Para o crescimento político das lideranças, tem sido muito importante o contato com a UNI (União das Nações Indígenas) e com a cidade, o exemplo de índios e de trabalhadores organizados. Houve várias assembleias indígenas, um canal político importante. É então que a ação da FUNAI vai começando a se tornar mais transparente. A política dos guerreiros do mato vai tomando a forma do uso da palavra na cidade.

EPÍLOGOO Aripuanã e a política anti-índio

A solução dos problemas do Parque do Aripuanã exige muito mais do que recursos financeiros, que em tese existem, pois ainda restam dez milhões de dólares previstos pelo Programa Polonoroeste em parte a serem aplicados nessa área. Para a defesa do território (demarcação e retirada de invasores), porém, seria preciso uma firme decisão do governo brasileiro em favor dos índios.

Ora, aí está uma FUNAI enfraquecida e esvaziada de propósito para acomodar os interesses de terras, mineradoras, madeiras e preparar o caminho para os planos empresariais para a Amazônia. Índios e seus defensores já não sabem mais qual é o seu interlocutor ao bradarem pelo direito dos índios à terra.

A FUNAI não tem poder de decisão, sujeita a legislação autoritária, sem recursos financeiros, por causa mesmo de sua ineficiência (pois até fins de julho, não havia feito a prestação de contas dos gastos do exercício anterior). Não tem pessoal com competência e experiência na questão indígena, não consulta os que sabem e vem há um ano despedindo os poucos capazes com que contava, mantendo por outro lado funcionários com notório passado anti-indígena. Insere-se no Ministério do Interior, cujos objetivos, de ocupação empresarial do território nacional, são opostos aos dos índios, ministério também esvaziado no presente governo.

Até para decisões fundamentais da questão indígena, os caminhos são os mais tortuosos e burocráticos. Para recuperar a integridade do território Zoró, por exemplo, onde as invasões começaram com um massacre, em 1976, nunca averiguado e divulgado, e continuaram com as mesmas empresas responsáveis loteando até hoje as terras indígenas, é inútil apelar, como já se fez muitas vezes, para o Presidente da FUNAI. Nem basta que índios, acompanhados do maior número possível de parlamentares, visitem três ou quatro ministérios (Interior, MIRAD, Justiça, Planejamento, etc.) - no máximo conseguirão algumas linhas no jornal ou pequena resposta a longa matéria anti-índio e mentirosa como a publicada no Estado de São Paulo contra a demarcação das terras de Rondônia. Seria preciso recuperar o próprio funcionamento da

democracia, impedindo que as decisões econômicas do governo sejam ditadas apenas pelos grupos empresariais.

A legislação anti-índio se configura hoje, por exemplo, no decreto de 1983, que permite a mineração de empresas estatais e por vezes privadas, em área indígena, regulamentado em 1986 por portaria do Ministério de Minas e Energia (Portaria nº 692/0/6/86), pela permanência do decreto 88.118, de 1983, considerado inconstitucional pelos juristas, e pelo qual órgãos públicos como o MEAF (depois MIRAD) e outros poderiam decidir que terras eram habitadas pelos índios; atribuição anterior da FUNAI (que possivelmente também não é hoje a melhor instituição para tal en cargo e deveria contar com índios, antropólogos, associações de apoio ao índio, advogados, etc); por ameaças de "emancipação" dos índios e transformação das terras indígenas em peque nos lotes individuais; pela prática absurda de só realizar demarcações depois de retirados os invasores. Os planos do governo são genocidas: O Plano de Desenvolvimento da Amazônia, com pa vimentação e construção de estradas, o Plano das Hidrelétricas, com mais de sessenta barragens em área indígena previstas (até o ano 2.000) (e onde se torna claro como os interesses de empresas construtoras, as maiores do país, condicionam a política pú blica); o dos incentivos da SUDAM a madeireiras e outras empresas; o Polonoroeste; os planos estaduais de estradas e energia, como os do Estado de Rondônia; os planos de colonização; o Pro jeto Calha Norte de colonização nas faixas de fronteira; etc. Claro que não só aos índios atinge o caminho autoritário que o Brasil está tomando.

Para os índios, os problemas adicionais aos de terra - os de saúde, de sobrevivência econômica, de esclarecimento do mundo não indígena - são de difícil encaminhamento enquanto a FUNAI continuar com a atual burocracia inoperante. A estrutura rí gida e gigantesca criada, não só por programas como o Polonoroeste no Aripuanã, mas por outros em outras regiões do país, é difícil de desbaratar.

O movimento indígena terá que ser muito forte, e associar-se a outros, para poder se contrapor a tantos funcionários pú blicos controlando o seu destino, muitos inclinados a defender interesses contrários. Terão que recorrer, também, à defesa judi cial de suas terras e ao apoio de advogados - meio possível mes mo se as invasões consolidarem nesse período.

NOTAS - CAPÍTULO 1 - TERRAS.

1. Ministério da Agricultura, SPI - Documento enviado pelo chefe da 6a. IR - José Baptista Ferreira Filho ao Comandante do 16º BC, Cuiabá 07.12.63.
2. Of. 58-A de 24.05.68 do Delegado Ministerial da FNI ao Secretário do Interior e Justiça do Estado de Mato Grosso.
3. O Relatório da Comissão registrada que o governo de Mato Grosso tinha sido autorizado pelo Senado Federal a transferir para a Codemat "uma área de 2 milhões de hectares para alienação a terceiros, sob as condições especificadas e em licitação pública". Em 24 de setembro de 1973, o governador do Estado homologou o parecer da Comissão Julgadora, que apresentava como vencedores da licitação: Conisa Ltda - 400 mil ha; Rendanyl Empreendimentos - 1 milhão ha; João Carlos de Souza Meirelles - 200 mil ha; e Indeco S/A - 400 mil ha.

Foram constatadas pela CPI as seguintes irregularidades: a) dupla venda de terras pelo Governo do Estado; b) parte da área licitada encontrava-se sub-judice; c) não obediência a dispositivos do Estatuto da Terra; d) não observância aos princípios básicos da licitação; e) capacidade técnica e financeira dos licitantes não comprovada; f) outorga de escrituras definitivas sem observação dos prazos contratuais - inventário de fim de governo; g) outorga de escrituras definitivas antes da implantação de 50% das obras de infra-estrutura - exigência contratual; h) outorga de escrituras definitivas antes de aprovação dos projetos definitivos pelos órgãos competentes (INCRA, SUDAM etc); i) venda sem discriminatória da área licitada; j) outras irregularidades.

CF. Relatório da Comissão, Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar as Atividades Ligadas ao Sistema Fundiário em Todo Território Nacional, "Situação Fundiária no Estado do Mato Grosso", pp.94-101. Brasília, DF.

4. Prefeitura Municipal de Aripuanã, Brasília 06.10.71, s/nº.
5. Prefeitura Municipal de Aripuanã, Of. nº 50/72, Campo Grande 21.07.72.
6. Prefeitura Municipal de Aripuanã, Cuiabá 23.02.73. s/nº
7. Câmara dos Deputados, Brasília, 13.04.73 s/nº.
8. O Parque do Aripuanã foi demarcado em 1975, as áreas do Posto Indígena Roosevelt em 1976, o P.I. Sete de Setembro em

1977 e o Posto Indígena de Atração Serra Morena em 1979.

9. "Operação Cinta Larga" Of. nº 172 de 18.06.68.
10. Of. nº 17 de 07.03.77, citado no Relatório anexo ao Of.029/PQARI/78 de 03.11.78.
11. Of. nº 029/PQARI/78 de 03.11.78.
12. Equipe Pastoral Indigenista(12) e Carmen Junqueira, 4º Relatório (8).
13. CEDI/CONAGE (34).

NOTAS - CAPÍTULO 2 - ADMINISTRAÇÃO.

1. São os seguintes os dados sobre o Polonoroeste:

mil dólares

	FUNAI		POLONOROESTE		POLAMAZÔNIA		TOTAL	
	Previsão	Execução	Previsão	Execução	Prev.	Exec.	Previsão	Execução
1980	1.776	-	-	-	621	-	2.397	
1981	4.374	405	2.753	967	-	-	7.127	1.372
1982	3.418	4.336	1.953	1.319	-	-	5.371	5.655
1983	1.904	953	2.281	2.954	-	-	4.185	3.907
1984	1.904	764	2.078	1.636	-	-	3.982	2.400
1985	2.166	-	1.372	3.000*	-	-	3.538	3.000
SUB TOTAL								13.334
TOTAL 15.542			10.437	9.876	621	-	26.600	16.334

* previsão de execução.

<u>Execução</u> (milhares de cruzeiros)	1981/82	1982/83
1. Rondônia (Parque do Aripuanã e 8a.D.R.)	25.212	68.650
	110.352	232.612
2. Total do Polonoroeste		
% (1)/(2)	23%	29%

Programação 1984/85 (milhares de cruzeiros) Recursos liberados 83/84 (milhares de cruzeiros).

1. Parque do Aripuanã

Demarcação	541.800	102.203
Total	586.000	

2. Total do Polonoroeste	4.499.000	561.953
% (1)/(2)	13%	20%

Fonte: FUNAI/SUDECO.

2. São os relatórios médicos da FIPE (11), (20), (26) e os de João Paulo Botelho Vieira (56), (59), (60), (61) e (62).
3. Veja-se os relatórios sobre os Mequens (5), (17)
4. Veja-se o relatório de Carmen Junqueira (15)
5. " os relatórios dos Gavião (28) e (29)
6. " " " da Equipe Pastoral Indigenista sobre as terras (40) e as suas cartas (38) e (39).

NOTAS - EPÍLOGO

Um plano para criar Estado indígena, O Estado de São Paulo , domingo, 08.06.86: 31

Surpresa: denúncia de escravidão e chacina, O Estado de São Paulo, domingo, 08.06.86: 30.

LEGISLAÇÃO SOBRE O PARQUE DO ARIPUANÃ

1. Decreto nº 62.995, de 16 de julho de 1968
Interdição da área do Parque de Aripuanã (mapa 1)
2. Decreto nº 64.860, de 23 de julho de 1969
Criação de Parque do Aripuanã, segundo os limites do decreto anterior (mapa 1)
3. Decreto nº 73.562, de 24 de janeiro de 1974
Interdição de terras para os Gavião, Cinta Larga, Suruí (área I) e para os Cinta Larga (área II) (mapa 2)
4. Decreto nº 73.563, de 24 de janeiro de 1974
Redução da área do Parque do Aripuanã à metade (mapa 2)
5. Decreto nº 77.033, de 15 de janeiro de 1976
Altera o decreto nº 73.562 mantendo, para fins de demarcação administrativa, as áreas descritas naquele decreto.
6. Decreto nº 78.109, de 22 de julho de 1976
Declara sem efeito a interdição de parte da área II do decreto 73.562, reduzindo portanto a área Cinta Larga do rio Vermelho (mapa 3)
7. Decreto nº 80.169, de 16 de agosto de 1977
Declara sem efeito a interdição de parte da área I do decreto 73.562, reduzindo a área Suruí e Cinta Larga (mapa 3)
8. Decreto nº 80.422, de 28 de setembro de 1977
Declara sem efeito a interdição de parte da área I do decreto 73.562, estranhamente repetindo a mesma redução da área do decreto 80.169, que lhe é um mês anterior.
9. Decreto nº 81.587, de 19 de abril de 1978
Interdição do território Zoró
10. Decreto nº 82.064, de 3 de agosto de 1978
Declara sem efeito a interdição de parte I do decreto 73.562, reduzindo portanto o território Gavião e também terras que eram Zoró.
11. Portaria nº 562/N, de 14 de março de 1979
Interdição da A.I. Aripuanã, deixando porém de fora aldeias importantes do Guariba.

12. Delimitação da A.I. Aripuanã em 1985, segundo estudo antropológico de Carmen Junqueira e proposta da Equipe de Pastoral Indigenista.
13. Decreto nº 88.609, de 9 de agosto de 1983
Homologação da demarcação da A.I. Lourdes
14. Decreto nº 88.867, de 17 de outubro de 1983
Homologação da A.I. Sete de Setembro.

REIVINDICAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Parque do Aripuanã - Medidas Urgentes e Recomendações.

Capítulo - Terras.

1. Aprovação pelo G.T. do decreto 88.118/83 da demarcação da A.I. Aripuanã.
2. Homologação das demarcações Zoró, Serra Morena, Roosevelt e Aripuanã.
3. Registro em cartório das áreas Zoró, Serra Morena, Roosevelt, Aripuanã e registro SPU do Parque do Aripuanã.
4. Retirada de todos os invasores das áreas Zoró, Serra Morena, Roosevelt, Aripuanã e Parque do Aripuanã (ver análise das invasões no texto).
5. Fechar a estrada que corta a área Zoró, na região entre os rios Tiroteio e 14 de Abril.
6. Fechar os Postos eleitorais, escolas municipais e qualquer outros serviços existentes dentro da área invadida Zoró, com apoio da Polícia Federal.
7. Vigilância imediata pela FUNAI nos dois extremos da estrada ilegal que corta a área Zoró.
8. Divulgação ampla e elaboração de folheto documentando o massacre de que foram vítima os Zoró em 1976 pela empresa Lunardelli, quando ossadas humanas foram encontradas exatamente na região em que se construía a estrada, o que está na origem das atuais invasões.
9. Retirar todos os invasores, colonos e fazendas, da A.I. Zoró, verificando o direito a reassentamento apenas dos 66 colonos arrolados em 1981.
10. Providenciar mapas, decretos, fotos Landsat a todo o pessoal local da administração do POARI e aos índios.
11. Expedições de fiscalização e vigilância (equipes volantes permanentes) com datas marcadas para todas as áreas.
12. Reservar no mínimo 3 veículos em boas condições apenas para defesa de terra, pintando-os com um código pa-

ra essa finalidade.

13. Reservar 20% das horas de vôo dispensáveis para fiscalização.
14. Convênio com IBDF e Batalhão Militar para fiscalização da área, marcando datas e cronograma.
15. Convênio com a Polícia Federal para fiscalização, acertando cronograma e despesa.
16. Averiguação no INCRA(MT e Ro) e Intermat dos títulos que incidem sobre terra indígena, utilizando, enquanto o Par que não consegue a nomeação de um advogado, os serviços do advogado da 15a. D.R.
17. Verificação das demarcações feitas em 1985 e do relatório' do Exército e programação de alargamento das picadas, em 10 m. de largura e plantação perene como capim para marcar os limites.
18. Demarcação e colocação de marcos nos limites naturais em especial os dos Zoró.
19. Apreensão de madeira onde houver invasões e licitação de venda para usar a renda em proveito da comunidade.
20. "Rever a proposta de criação dos postos de vigilância, e a contratação de funcionários para ocupá-los(quantidades e permanência).A vigilância deve ser de equipes móveis, atuando em todas as áreas. Eventualmente poderia ser criado um posto estratégico com apoio de PM, IBDF, índios e funcionários de administração" apud (Relatório de coordenação do Projeto Polonoroeste.Cuiabá-Vilhena - FUNAI, julho/86).
21. Regularização fundiária em todas as áreas.
22. Revogar todos os alvarás de pesquisa ou lavra concedidos pelo DNPAS em terras indígenas.
23. Incluimos aqui as recomendações da Equipe da Pastoral Indígenista:
 1. A anulação da Certidão 025-A/74, em favor do Sr. Oscavo Santos(processo FUNAI 599/74), por incidir totalmente em área habitada e de interesse indígena, ou seja, a Área Indígena Aripuanã.
 2. A anulação da Certidão 026/75, concedida à Cia. João Lu

nardelli, no que incide em área de imemorial ocupação indígena, entre o meridiano 60° e o rio Guariba, e de suas cabeceiras às águas do rio Roosevelt (Igarapé Flor do Prado) - parceladamente, portanto, na A. I. Aripuanã e nas A. I. Zoró (Dec. 81.587/78) e A. I. Roosevelt (Dec. 73.562/74).

3. A expressa anulação da Declaração que autoriza a construção e trânsito da estrada em pleno território indígena, proibindo-se do mesmo modo a invasão e presença de estranhos. Quanto à via de acesso ao Condomínio Lunardelli e demais agropecuárias, deve-se estudar soluções que não agridam os interesses das comunidades indígenas, visto que outras áreas que foram cortadas por estradas - Parque do Xingú, Transamazônica, Kren-akarôre, Nambikwara, etc. - acarretaram danos incalculáveis aos grupos indígenas atingidos.

As medidas acima já foram solicitadas pela Procuradoria Jurídica da FUNAI, em Parecer datado de 10.04.85, sem que até o momento atos cabíveis tenham sido definidos.

4. A cassação de todos os Alvarás de Pesquisa Mineral que houverem sido concedidos, pelo DNPM, em terras reconhecidas ou presumivelmente habitadas por índios, no sentido de resguardar seu patrimônio, assegurando-lhes ao mesmo tempo sua integridade física e cultural.
5. A definitiva Homologação da Demarcação efetuada pelo Departamento de Serviços Geográficos do Exército, em fins de 1985, medida essa fundamental para a solução do problema.
6. A desobstrução dos processos relativos às A. I. Aripuanã e A. I. Zoró, os quais ainda se encontram aguardando posicionamento do Grupo Inter-Ministerial (Decreto 88.118/83), apesar de estarem demarcadas e devidamente reconhecidas e imemoriabilidade e direitos das comunidades indígenas sobre essas terras. Os referidos processos contêm todos os documentos e informações necessários a uma decisão final.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICASI - Relatórios da FIPE/USP

1. JUNQUEIRA, Carmen e MINDLIN, Betty. *Avaliação do Parque Indígena do Aripuanã*. São Paulo, FIPE/USP, abr. 1983. (Datilografado)
2. GAMBINI, Roberto. *Avaliação da situação Zoró*. São Paulo, FIPE/USP, 1983. (Datilografado)
3. JUNQUEIRA, Carmen. *Avaliação do Parque Indígena do Aripuanã*. São Paulo, FIPE/USP, nov. 1983. (Datilografado)
4. LEONEL JR., Mauro de Mello. *Avaliação da situação dos Gavião*. São Paulo, FIPE/USP, 1983. (Datilografado)
5. MINDLIN, Betty. *Avaliação da situação dos Arara (Karo) - P.I. Lourdes*. São Paulo, FIPE/USP, 1983. (Datilografado)
6. LEONEL JR., Mauro de Mello. *Área Indígena do Rio Mequens (Sakirabiar e Makurap)*. São Paulo, FIPE/USP 1984. (Datilografado)
7. JUNQUEIRA, Carmen e LEONEL JR., Mauro de Mello. *Observações Recolhidas no Parque do Aripuanã*. São Paulo, FIPE/USP, 1984. (Datilografado)
8. JUNQUEIRA, Carmen. *Grupo Cinta Larga de Rondônia e Mato Grosso - 3º Relatório*. São Paulo, FIPE/USP, 1984. (Datilografado)
9. JUNQUEIRA, Carmen. *Relatório de Avaliação dos Grupos Cinta Larga de Rondônia e Mato Grosso - 4º Relatório*. São Paulo, FIPE/USP, 1984. (Datilografado)
10. GAMBINI, Roberto. *Segundo Relatório de Visita à Frente de Atração Zoró*. São Paulo, FIPE/USP, 1984. (Datilografado)
11. LEONEL JR., Mauro de Mello. *Relatório Complementar de Avaliação dos Invasores no Posto Indígena Lourdes, dos índios Gavião e Arara (Karo)*. São Paulo, FIPE/USP, 1984. (Datilografado)
12. FRANCO, Laércio Joel. *Considerações sobre saúde no Parque Indígena do Aripuanã*. São Paulo, FIPE/USP, 1984. (Datilografado)
13. MINDLIN, Betty. *Notícias sobre os Suruí de Rondônia (Paiter)*. São Paulo, FIPE/USP, 1985. (Datilografado)
14. MINDLIN, Betty. *Comunidades Indígenas; Relatório Global de Avaliação - Meio-Térmo*. São Paulo, FIPE/USP, 1984. (Datilografado)
15. JUNQUEIRA, Carmen. *Área Indígena Aripuanã*. São Paulo, FIPE/USP, 1984. (Datilografado)
16. JUNQUEIRA, Carmen. *Os Cinta Larga do PIA Serra Morena e a Hidrelétrica de Juína, Mato Grosso*. São Paulo, FIPE/USP, 1985. (Datilografado)
17. GAMBINI, Roberto. JUNQUEIRA, Carmen. MINDLIN, Betty. LEONEL JR., Mauro de Mello. *Parecer sobre a A.I. Zoró*. São Paulo, FIPE/USP, 1985. (Datilografado)
18. LEONEL JR., Mauro de Mello. *2º Relatório de Avaliação - A.I. Rio Mequens*. São Paulo, FIPE/USP, 1985. (Datilografado)
19. LEONEL JR., Mauro de Mello. *3º Relatório de Avaliação - A.I. Rio Mequens*. São Paulo, 1985. (Datilografado)
20. LEONEL JR., Mauro de Mello. *4º Relatório Antropológico e Etno-histórico sobre a ocupação atual e imemorial do território dos índios Sakirabiar e Makurap, a Área Indígena do Rio Mequens*. São Paulo, FIPE/USP, 1985. (Datilografado)

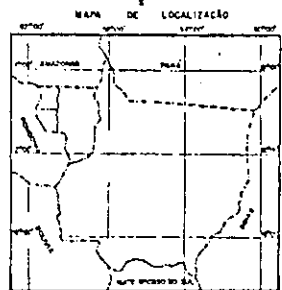
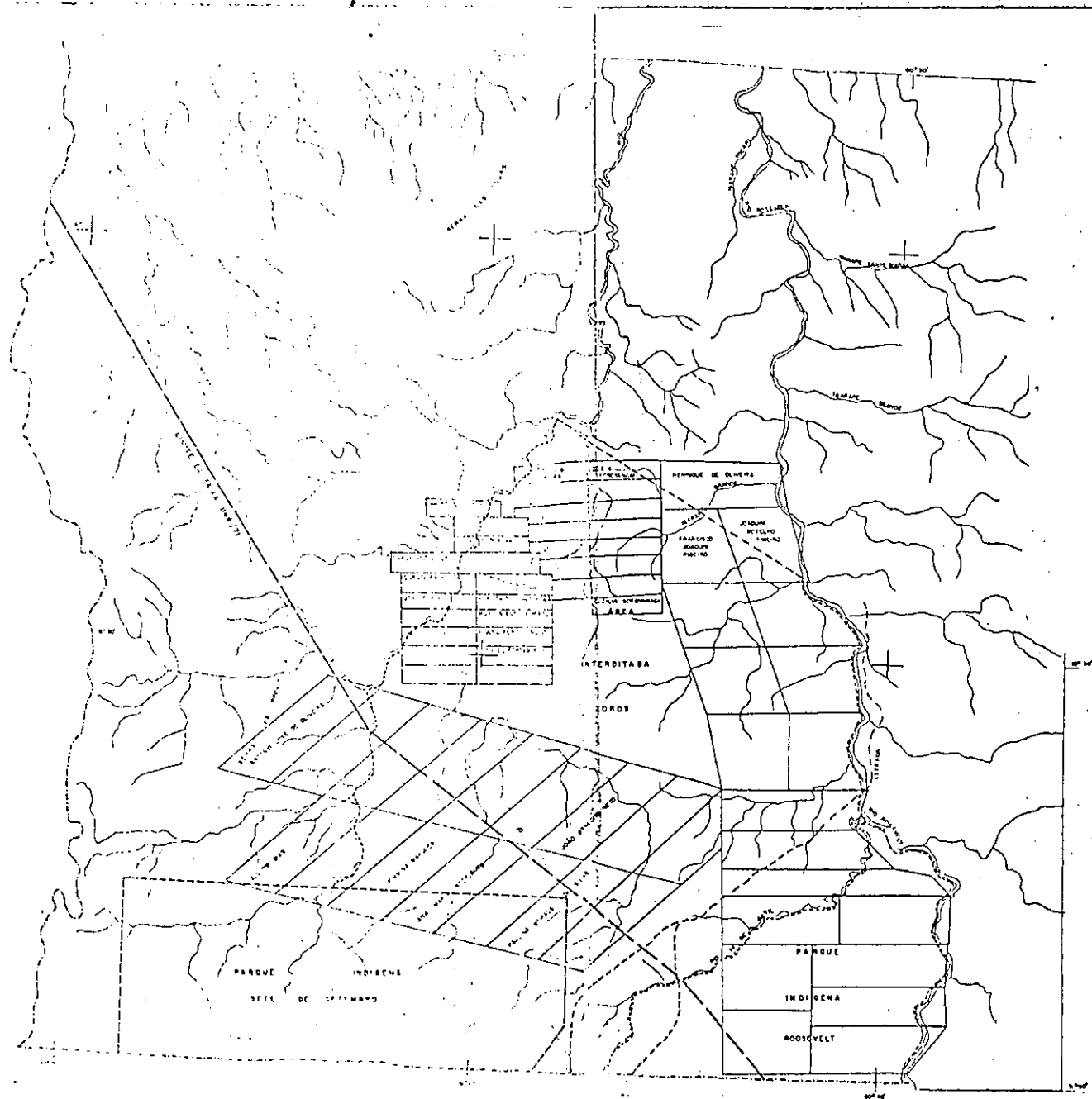
20. COIMBRA, Carlos E.A. OTT, Ari M.T. e SANTOS, Ricardo V. *Avaliação das condições de saúde entre os grupos indígenas de Ajudância de Guajará-Mirim*. São Paulo, FIFE/USP, nov. 1984. (Datilografado)
21. MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Algumas notas etnográficas sobre os índios Mekens*. São Paulo, FIFE/USP, 1985. (Datilografado)
22. MINDLIN, Betty. *2º Balanço Sumário do componente indígena do Polonoroeste*. São Paulo, FIFE/USP, 1985. (Datilografado)
23. Equipe de Avaliação Plando de Trabalho para o Polonoroeste. FIFE/USP, 1985. (Datilografado)
24. MINDLIN, Betty. *Prioridades de ação para o Polonoroeste 1986. Sugestões da Equipe de Avaliação FIFE/USP*. São Paulo, FIFE/USP, 1986. (Datilografado)
25. PAIVA, Maria Eunice. *Avaliação Jurídica. Parecer Jurídico sobre a A.I. Zoró*. São Paulo, FIFE/USP, 1986. (Datilografado)
26. MINDLIN, Betty. *Avaliação do Componente Indígena - Relatório de Andamento*. São Paulo, FIFE/USP, 1986. (Datilografado)
27. NUNES DA CUNHA, Ana Cristina. *Relatório Médico sobre o Aripuanã*. São Paulo, FIFE/USP, 1986. (Datilografado)
28. LEONEL JR., Mauro de Mello. *Terceiro Relatório da A.I. Lourdes*. São Paulo, FIFE/USP, 1986. (Datilografado)
29. LEONEL JR., Mauro de Mello. *Quarto Relatório da A.I. Lourdes A Hidrelétrica de Ji-Paraná*. São Paulo, FIFE/USP, 1986. (Datilografado)

II - Outros Trabalhos

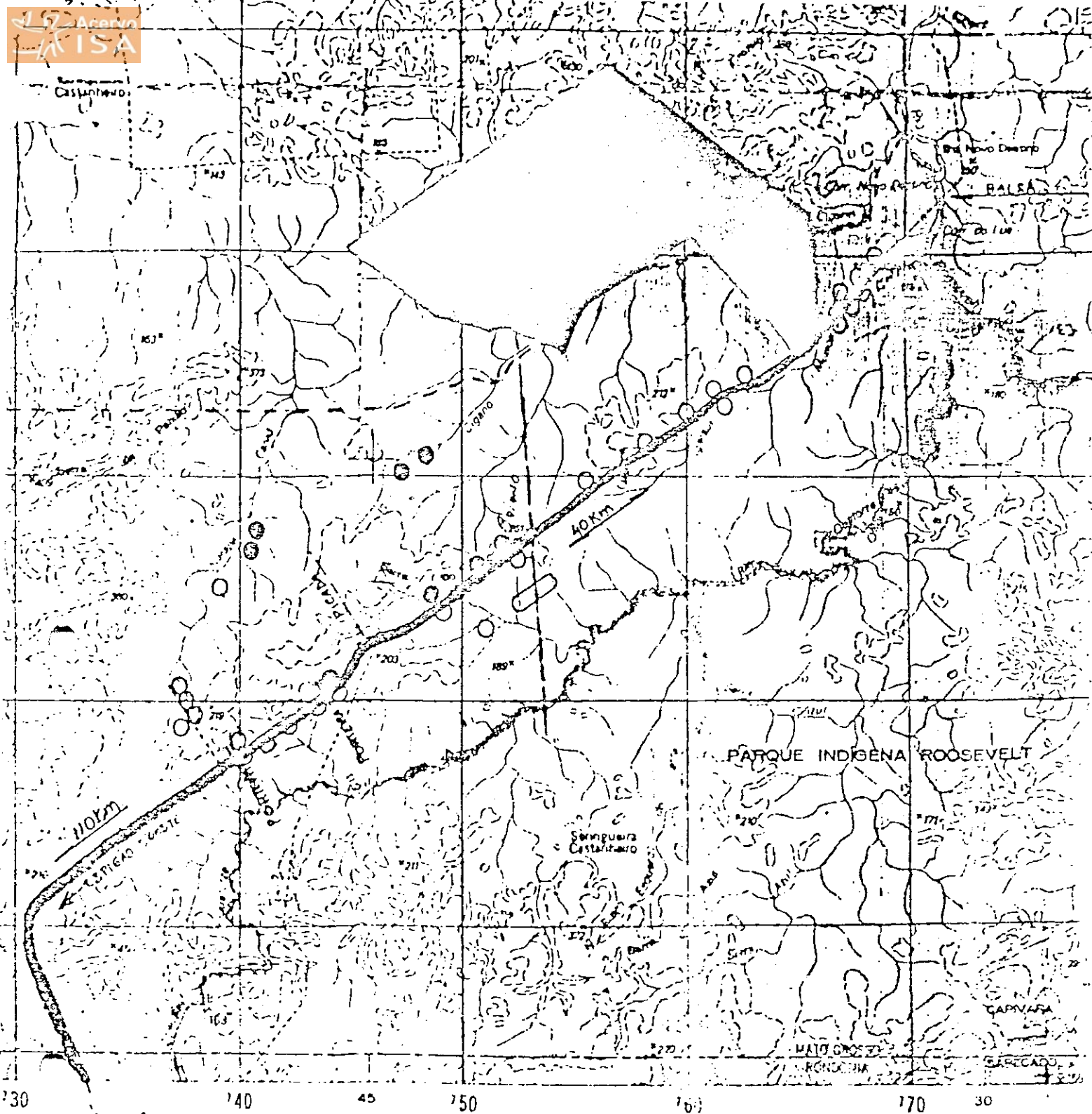
30. ALMEIDA, Silbene de. *Relatório da Coordenação do Projeto Polonoroeste*. Cuiabá-Vilhena, FUNAI, jul. 1986. (Datilografado)
31. BRUNELLI, Gilio. *Le developpement contre les indiens*. Montreal, 15-17 de maio, 1985. (Comunicação apresentada na McGill - University - mimeo)
32. BRUNELLI, Gilio. *Bebe! Bebe! ...Jikkoi! Les Zorós vont à la chasse. Recherches amerindiennes au Québec*. Quebec, 15(3): 45-57, 1985.
33. BRUNELLI, Gilio e VALLEE, Lionel. *Projeto Zoró de Etnomedicina*. Montreal, 10 dez. 1984. (Relatório de pesquisa - datilografado)
34. BRUNELLI, Gilio e VALLEE, Lionel. *Projeto Zoró de Etnomedicina*. Montreal, 1 fev. 1986. (Relatório da segunda pesquisa de campo - datilografado)
35. CEDI/CONAGE. *Empresas de Mineração e Terras Indígenas na Amazônia*. São Paulo, 1986. (Datilografado)
36. CHIAPPINO, Jean. *The Brazilian Indigenous Problem and Policy - The Aripuanã Park*. Copenhagen/Geneve, Amazind/IWGIA, Document 19, 1975.
37. Equipe de Pastoral Indigenista da Prelazia de Rondônia (Ji-Paraná). *Proposta para delimitação da Área Indígena Aripuanã destinada aos índios Cinta Larga*. Cuiabá, 1 set. 1981. (Datilografado)
38. ——— Carta a Apoena Meirelles, Presidente da FUNAI. Cuiabá, 5 mar. 1986.
39. ——— Carta a Apoena Meirelles. Cuiabá, 31 mar. 1986.
40. ——— *A situação atual das terras dos índios Cinta Larga e Zoró (Aripuanã - MT)*. Brasília, ago. 1980.

41. JUNQUEIRA, Carmen. A relação dos índios Cinta Larga com a vida e com o corpo. São Paulo, PUC. 1985. (Datilografado)
42. JUNQUEIRA, Carmen. The Cinta Larga. *Cultural Survival*; Occasional papers 6. Cambridge, E.U.A. out. 1981.
43. JUNQUEIRA, Carmen. e MINDLIN, Betty. *Indígenas do Parque do Aripuanã: Suruí e Cinta Larga*. São Paulo, mar. 1980. (Relatório de pesquisa)
44. JUNQUEIRA, Carmen. Os Cinta Larga - *Revista de Antropologia*. São Paulo, 27/28:213-32, 1985.
45. JUNQUEIRA, Carmen. Sociedade e cultura: os Cinta Larga e o exercício do poder do Estado - *Ciência e Cultura*. São Paulo, ago. 1984: 1.284-7.
46. LOVOLD, Lars e FORSETH, Elisabeth. *On Gavião and Zoró world-view. Some background notes*. Oslo, 1984. (Datilografado)
47. ——— *How things were, and how they came to be like, they are: explorations in Gavião and Zoró mythology*. Oslo, 1984. (Datilografado)
48. ——— *The myth of the shaman Tolõng-oõm*. Oslo, 1984. (Datilografado)
49. MINDLIN, Betty. *Cantam os Suruí de Rondônia. Disco Paiter Merewã*. São Paulo, 1981. Memória Discos e Edições, coordenação de Produção Marcos Santilli/Marlui Miranda.
50. MINDLIN, Betty. *Nós Paiter: os Suruí de Rondônia*. Petrópolis. Vozes, 1985.
51. MINDLIN, Betty. Primeira declaração Suruí. *Caderno de Opinião*. 15, dez. 1979, ago. 1980.
52. ——— A travessia das almas. *Fôlha de São Paulo*. São Paulo, 4 mar. 1982. Folhetim.
53. ——— The Suruí. *Cultural Survival*; occasional papers 6. Cambridge, E.U.A. out. 1981.
54. ——— Os Suruí de Rondônia: entre a floresta e a colheita. *Revista de Antropologia*. São Paulo 27/28:203-11. 1984/85.
55. ——— Avaliação do Polonoroeste: uma proposta. *Povos Indígenas do Brasil/84 Aconteceu Especial 15*. São Paulo. CEDI, 1985.
56. ——— Polonoroeste 1985: Breve Notícia. *Povos Indígenas do Brasil/85, Aconteceu Especial 16*, São Paulo, CEDI, 1986.
57. MOORE, Denny. *Relatório sobre o Posto Indígena Lourdes*. N.Y. Graduate Center, Cuny University. 1978. (Datilografado)
58. VIEIRA FILHO, João Paulo Botelho. *Informações e recomendações relativas à saúde das populações indígenas do Projeto Polonoroeste*. São Paulo, mar. 1984. (Datilografado)
59. VIEIRA FILHO, João Paulo Botelho. *Diretrizes para uma assistência sistemática e programada à saúde das populações indígenas abrangidas pelo Projeto Polonoroeste*. São Paulo, 13 jun. 1985. (Datilografado)
60. VIEIRA FILHO, João Paulo Botelho. *Diretrizes para um desengajamento sistemático e programado de assistência à saúde das populações indígenas abrangidas pelo Projeto Polonoroeste, como continuidade ao relatório de 13.06.85 ao Banco Mundial*. São Paulo, 16 set. 1985. (Datilografado)
61. VIEIRA FILHO, João Paulo Botelho. *Diretrizes para uma assistência programada, sistemática efetiva à saúde das populações indígenas beneficiadas pelo Projeto Polonoroeste, como continuidade aos relatórios de 13.06.85 e 16.09.85 ao Banco Mundial*. São Paulo, 4 nov. 1985. (Datilografado)

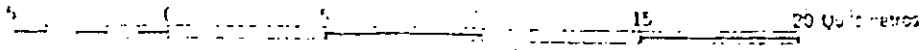
62. VIEIRA FILHO, João Paulo Botelho. *Recomendações e diretrizes ao Banco Mundial para uma melhoria progressiva de assistência à saúde das diversas populações indígenas beneficiadas pelo Projeto Polonoroeste. Relatório com caráter de continuidade aos de 13.06.85, 16.09.85, 04.11.85, posterior à viagem a Brasília em dezembro de 1985 e Porto Velho, Riozinho, Parque do Aripuanã, Vilhena e Cuiabá em dezembro de 1985 e janeiro de 1986. São Paulo, 24 de jan. 1986. (Datilografado)*



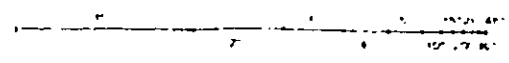
SECRETARIA DE JUSTIÇA	
INSTITUTO DE TERRAS DE MATO GROSSO	
DIVISÃO DE CARTOGRAFIA E FOTINTERPRETAÇÃO	
Projeto: AMBUJANA - MT	
Projeto: RADAMBANAL	
Data: 02/0/1980	
Escala: 1:50,000	
Folha: 254/170	
Série: 3000	
Autor: JANE BARROS DE ALMEIDA	
Aprova: SALVADOR BRUNO DE ALMEIDA	



Escala 1:250 000



Escala de Declividade



EQUIDISTÂNCIA DAS CURVAS DE NÍVEL: 100 METROS

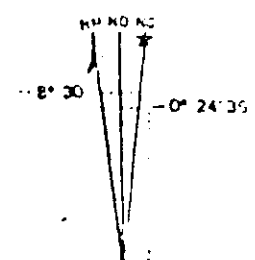
AS CURVAS DE NÍVEL ASSIMILAM TRAJETÓRIAS SOBRE A COCHA DAS ARVORES ESTÃO REPRESENTADAS EM LINHA INTERMITENTE

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR

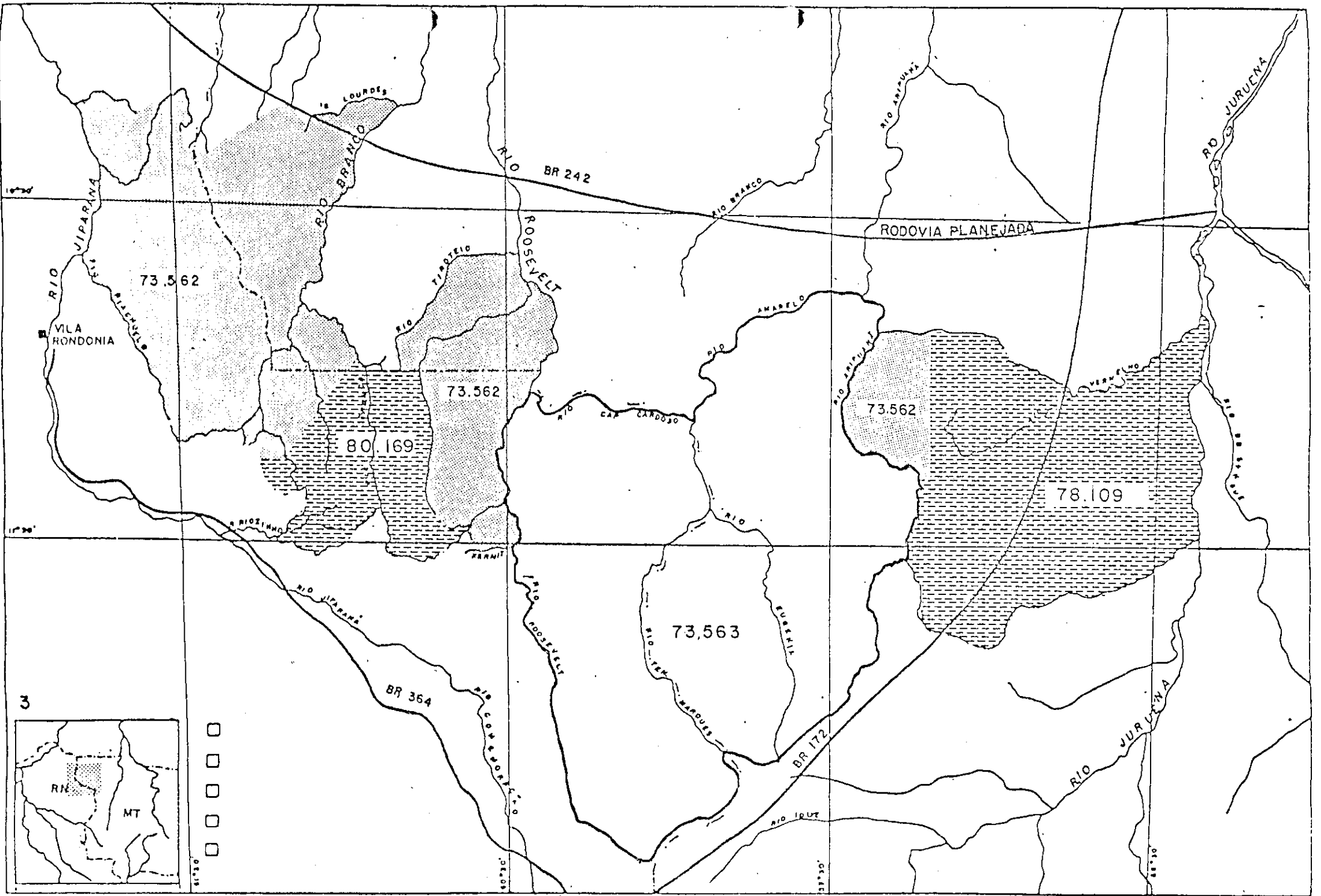
DATUM VERTICAL IMBITUDA S. CATARINA
DATUM HORIZONTAL ORIENTAD. ES. - MINAS GÉRAS

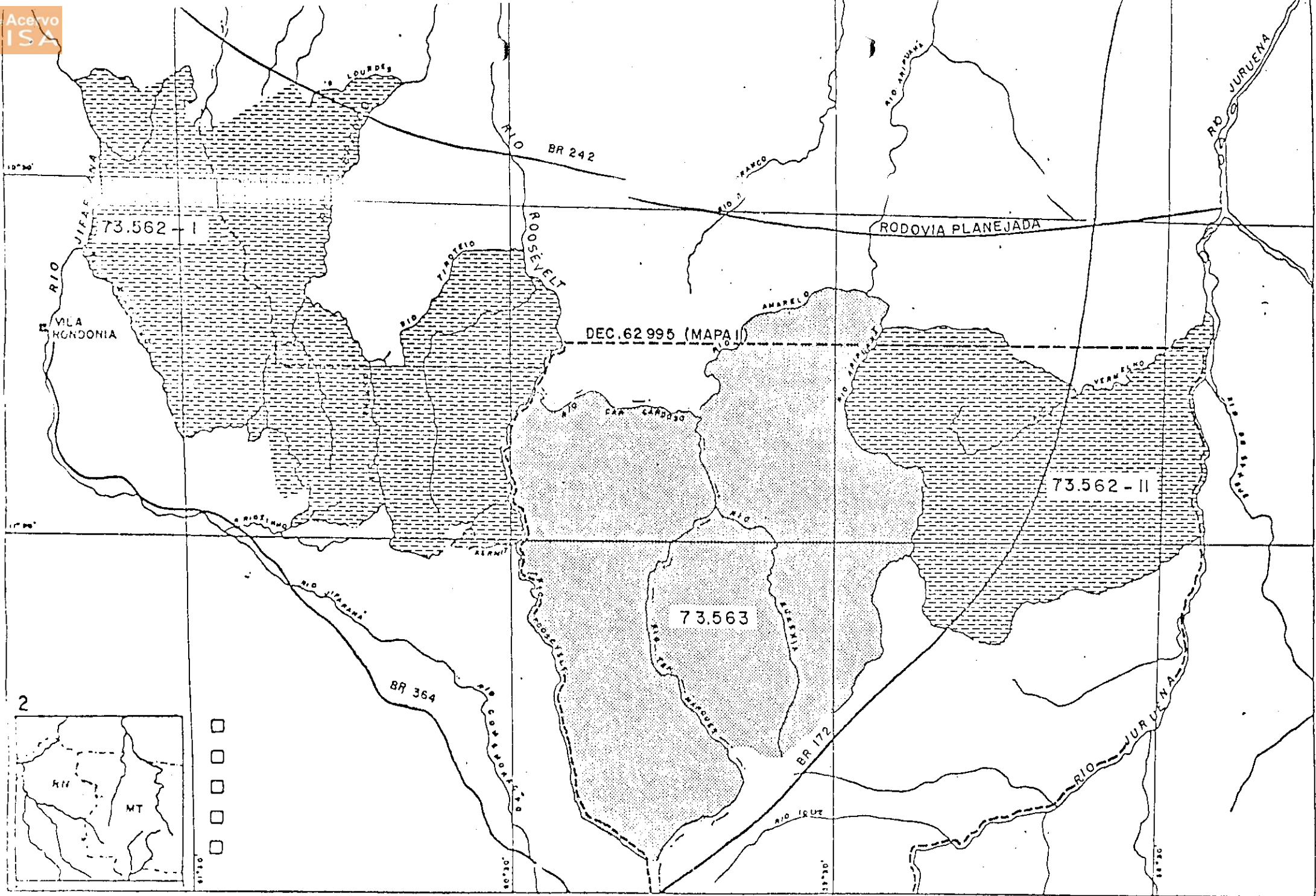
ORIGEM DA QUILOMETRAGEM UTM: EQUADOR E MERIDIANO 63° WGR
ADICIONADAS AS CONSTANTES 10 000 km E 500 km RESPECTIVAMENTE

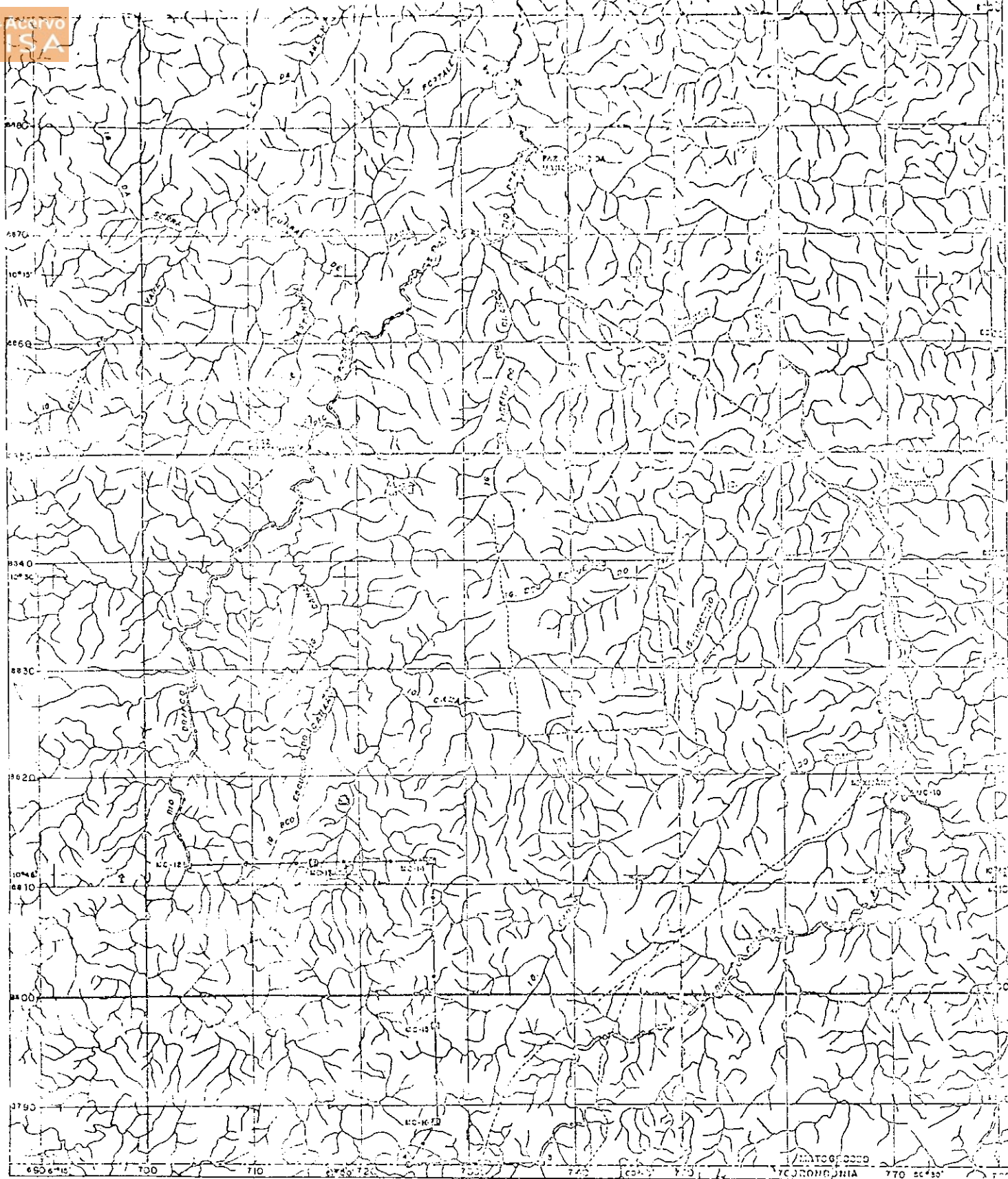
DECLINAÇÃO MAGNÉTICA EM 1981
E CONVERGÊNCIA MERIDIANA
DO CENTRO DA FOLHA



LE
LA
NA
PA
BI
PI
BO
BE
PE
PI



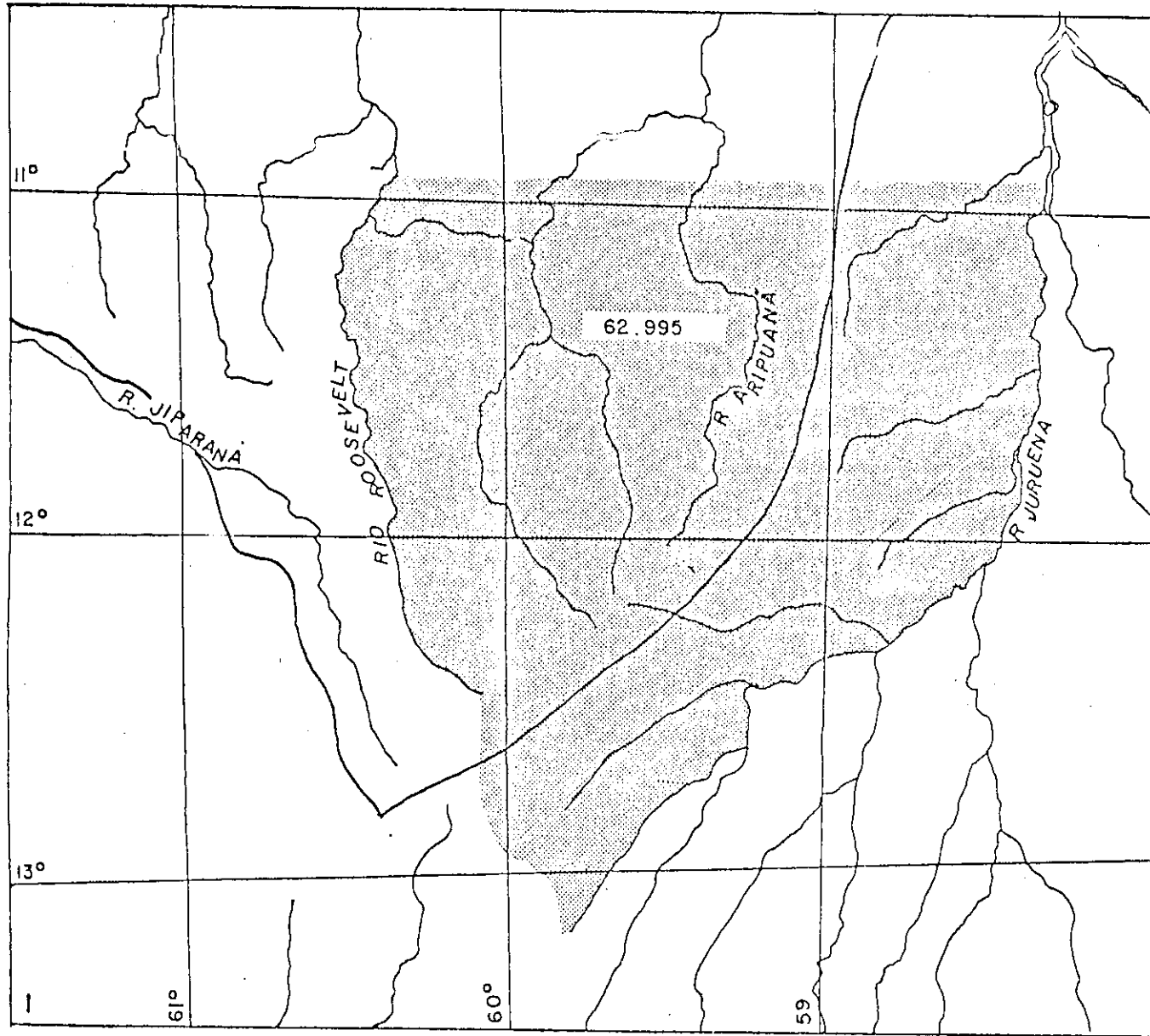


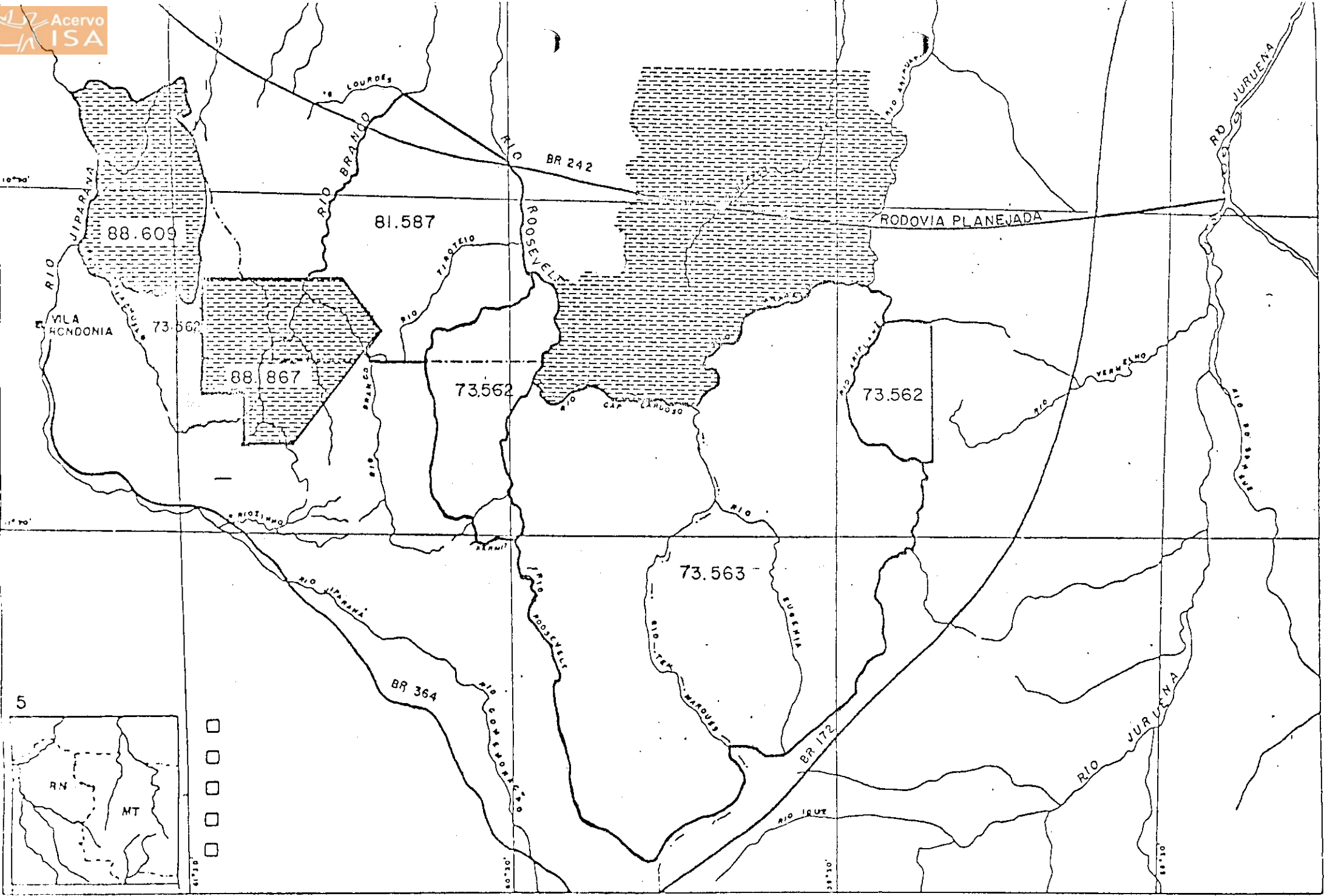


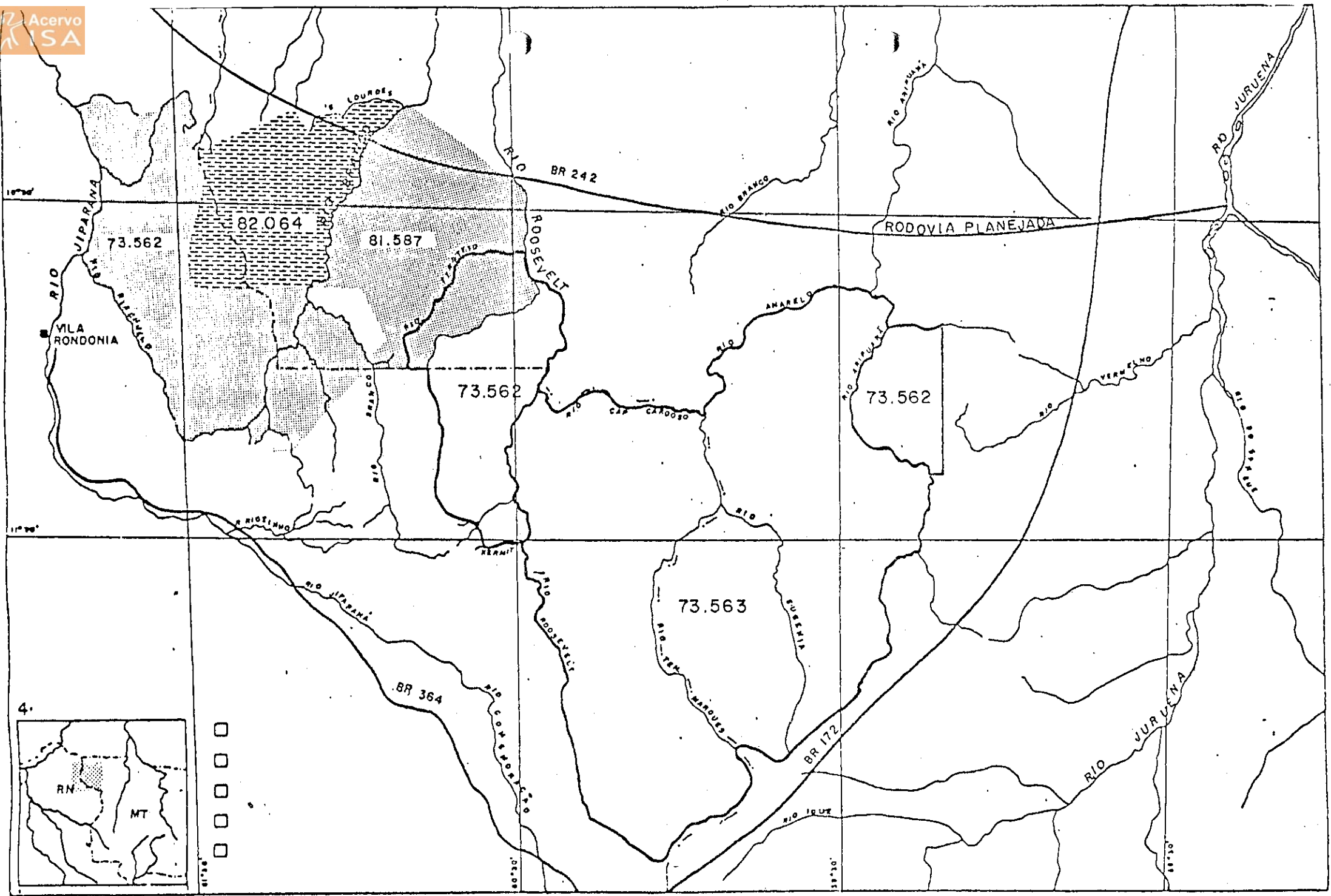
SINAIS CONVENCIONAIS

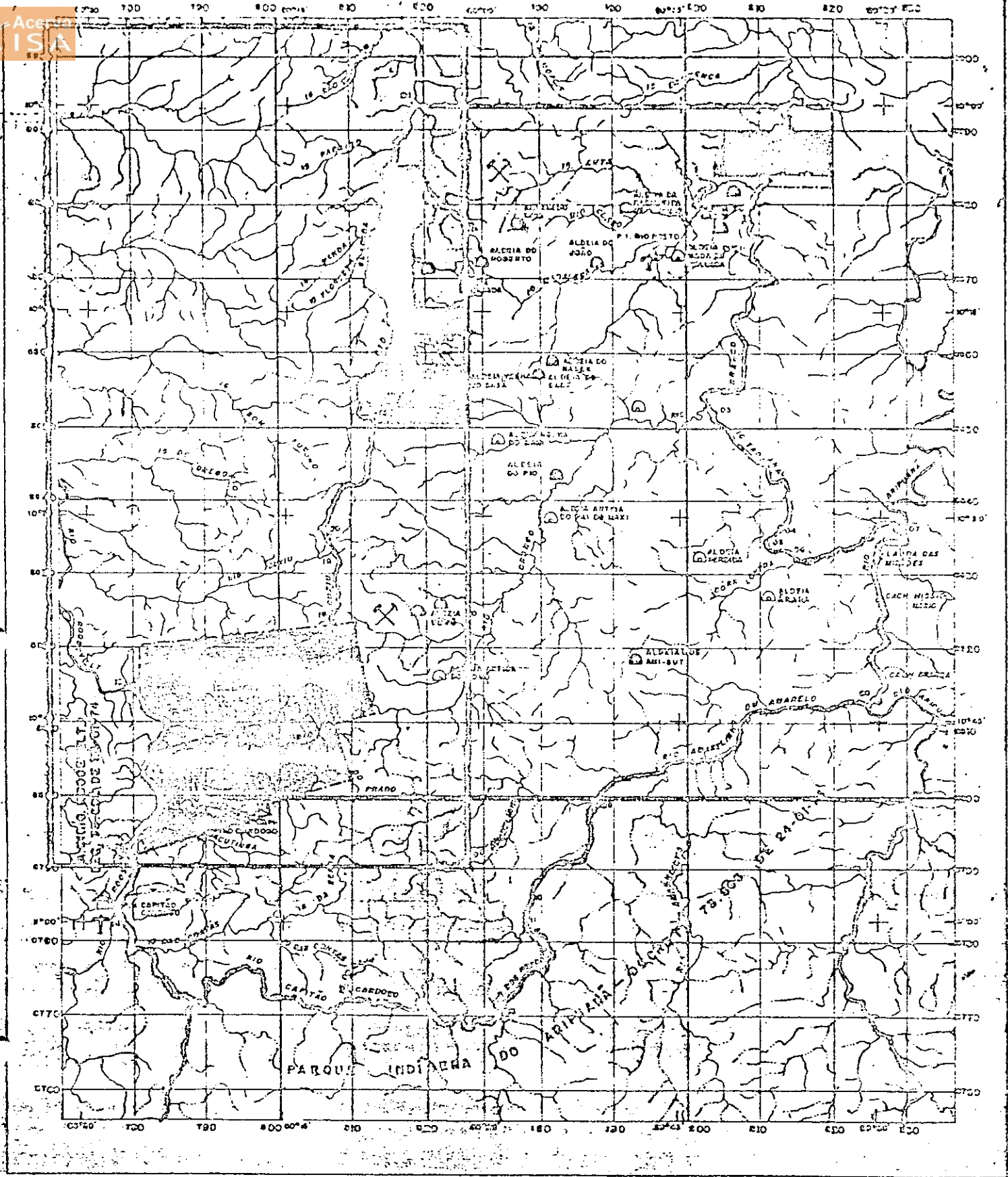
- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- ALDEIA INDÍGENA
- POSTO INDÍGENA
- MARCO DE DIVISÃO DE CONCRETO
- PUNTO DEFINIDOR DO LIMITE
- † CAMPO DE POUSO
- CAMINHO
- CURSO D'ÁGUA PERMANENTE
- DIREÇÃO DE CORRENTE

		MINISTÉRIO DO INTERIOR FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI	
ÁREA INDÍGENA MORÓS		DELIMITAÇÃO	
ARIQUANÁ		451.700 ha	278 Km
MATO GROSSO		17/00 000	17/10 700
09 DR		11/296 (REDUZIDA)	
<small>TECNICO DA PROPOSTA: PE. TÉCNICO RESPONSÁVEL PELO PLANO DE DELIMITAÇÃO DO LIMITE E SINALIZAÇÃO DOS LIMITES</small>		<small>PLANO DE APROVAÇÃO PELO SE. NÁUTICO PELO CRONOGRAMA DE SINALIZAÇÃO DO LIMITE</small>	



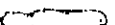
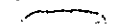
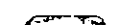

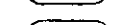








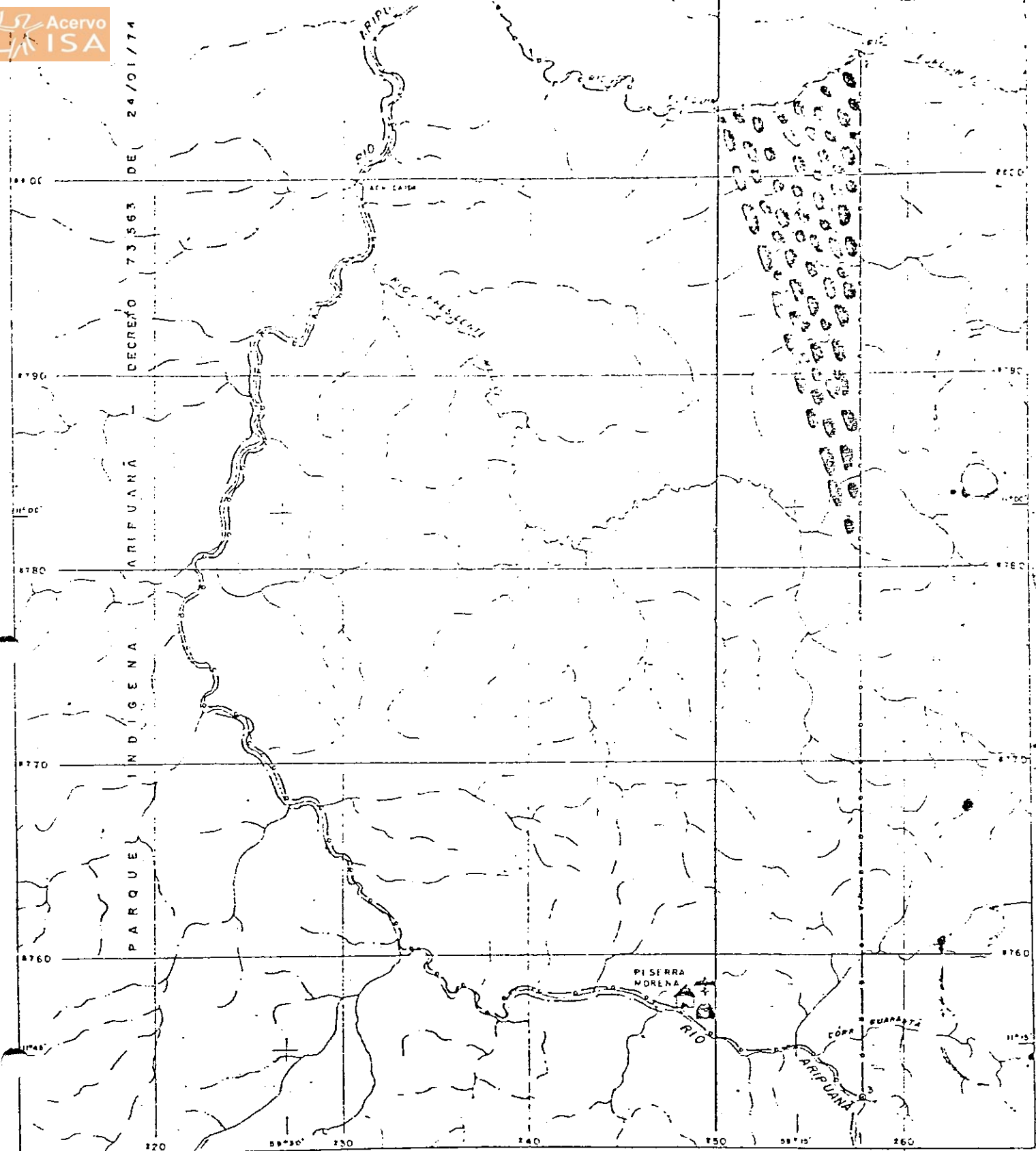


SINAIS CONVENCIONAIS

-  - TERRA INDIGENA DELIMITADA
-  - COAHOÁ DE SÃO JOÃO - Com as Propriedades de Coahuá de São João
-  - COAHOÁ DE SÃO JOÃO - Zona de Proteção
-  - COAHOÁ DE SÃO JOÃO - Zona de Proteção
-  - COAHOÁ DE SÃO JOÃO - Zona de Proteção
-  - COAHOÁ DE SÃO JOÃO - Zona de Proteção
-  - COAHOÁ DE SÃO JOÃO - Zona de Proteção
-  - COAHOÁ DE SÃO JOÃO - Zona de Proteção


 <p>MINISTÉRIO DO INTERIOR FUNDAÇÃO NACIONAL DO Índio - FUNAI DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI</p>		<p>ÁREA INDIGENA ARIPUANÃ</p>	
		<p>LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO</p>	
<p>ARIPUANÃ</p>		<p>ÁREA: 755.000 ha</p>	<p>PERÍMETRO: 955 km</p>
<p>ESTADO GROSSO</p>		<p>ESCALA: 1/750.000</p>	<p>DATA: 22/05/83</p>
<p>PROJETO Nº: FUNAI/DIR/2837/84</p>		<p>ELABORADO POR: [Nome]</p>	
<p>PROJETO Nº: FUNAI/DIR/2837/84</p>		<p>ELABORADO POR: [Nome]</p>	

DECRETO 73.563 DE 24/01/74



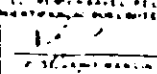
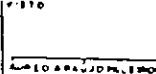
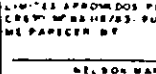
SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DELIMITADA DEC 76.109 de 22/07/76
- MALOCA INDÍGENA
- POSTO INDÍGENA
- PONTO DEFINIDOR DO LIMITE
- CAMPO DE POUSO
- CURSO D'ÁGUA PERMANENTE
- CURSO D'ÁGUA INTERMITENTE
- DIREÇÃO DE CORRENTE
- LIMITE DA ÁREA DO POARI

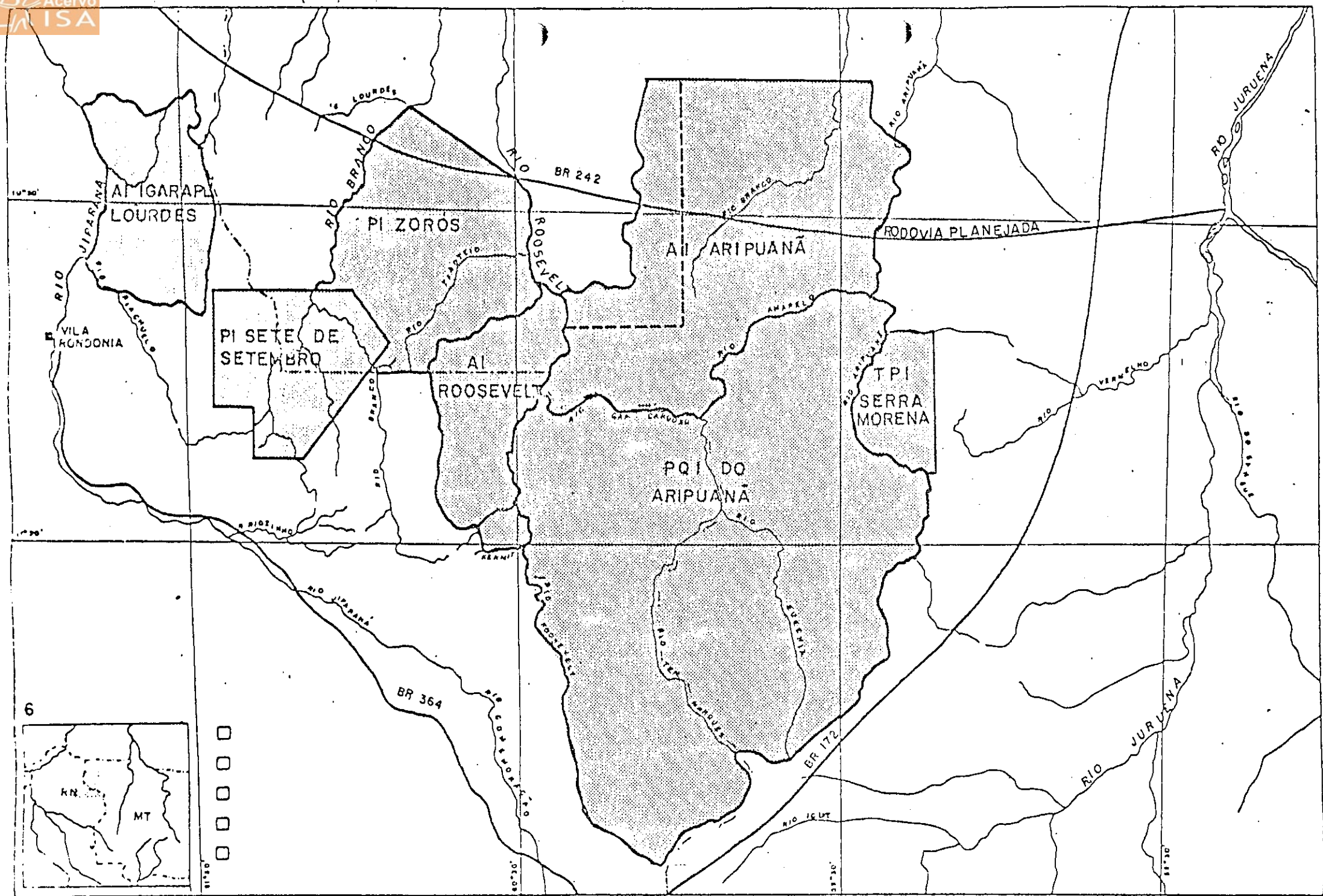


MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
 DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI

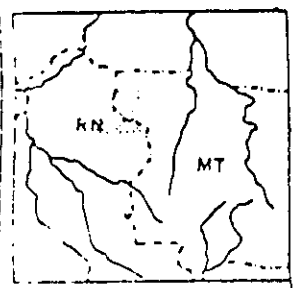
ÁREA INDÍGENA SERRA MORENA		PLANTA DE DELIMITAÇÃO	
ARIPUANÃ		ÁREA APROXIMADA 148.300 ha	PERÍMETRO APROXIMADO 184 Km
MATO GROSSO		ESCALA APROXIMADA 1:280.000	DATA 06/02/85
89° DR		PROCESSO Nº	BASE CARTOGRÁFICA MIR 297 e 317

O RESP. NAVEG. PELA DELIMITAÇÃO DOS LIMITES: 
 O RESP. NAVEG. PELA DELIMITAÇÃO DOS LIMITES: 
 O RESP. NAVEG. PELA DELIMITAÇÃO DOS LIMITES: 

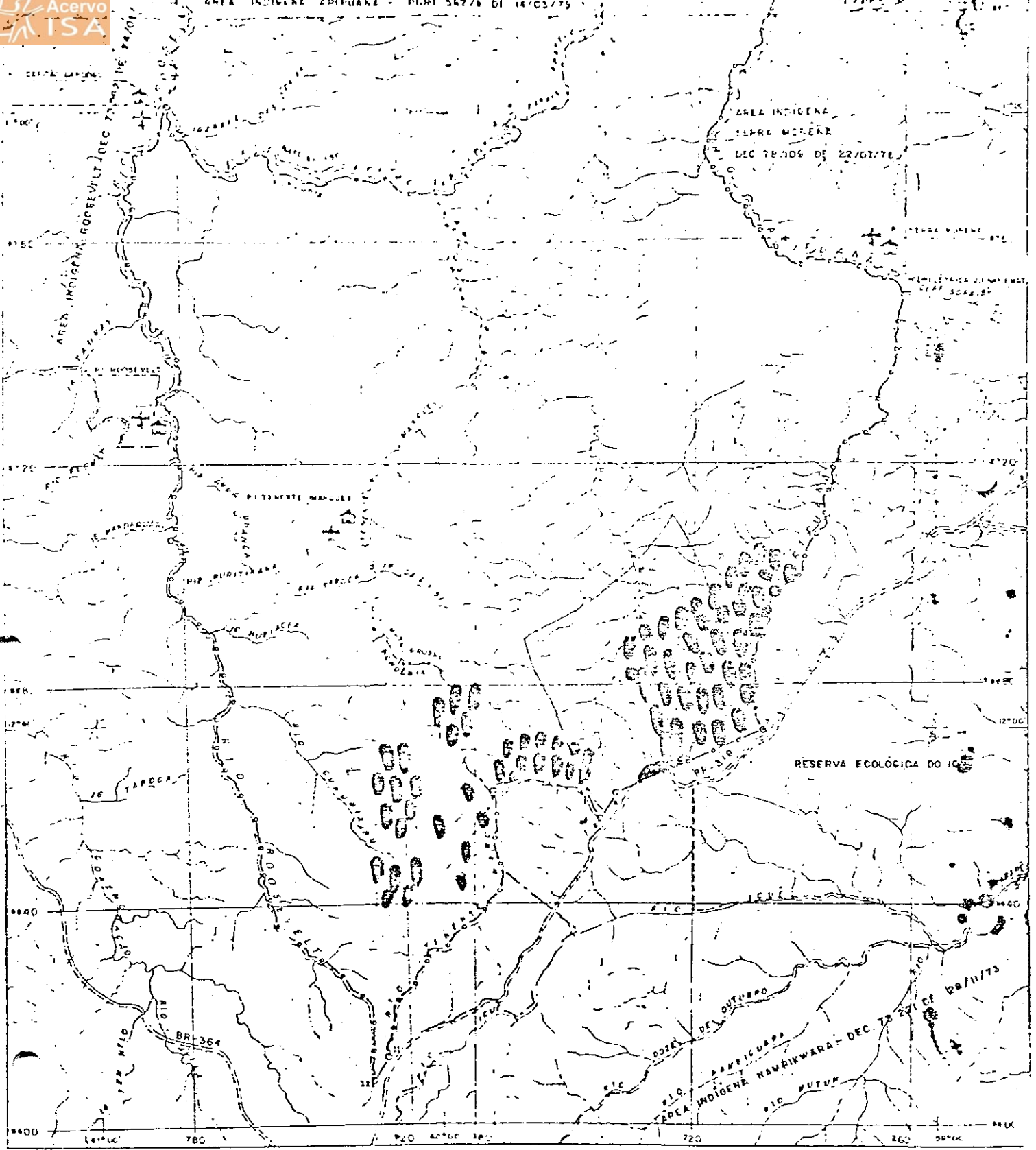
NELSON MARABUTO DOMINGOS
 COORDENADOR DO ST. PRESIDENTE DA FUNAI
 DES. ANTONIO LUIS





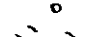

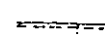




6




12



SINAIS CONVENCIONAIS

-  - TERRA INDÍGENA DELIMITADA
-  - POSTO INDÍGENA
-  - PONTO DEFINIDOR DE LIMITE
-  - CURSO D'ÁGUA INTERMITENTE E PERMANENTE
-  - DIREÇÃO DE CORRENTE
-  - RODOVIA DE REVESTIMENTO SOLTO
-  - CAMPO DE POUSO
-  - LIMITE ESTADUAL
-  - LIMITE DE ÁREA INDÍGENA

 <p>MINISTÉRIO DO INTERIOR FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI</p>			
<p>PARQUE INDÍGENA DO ARIPUANÃ</p>		<p>PLANTA DE DELIMITAÇÃO</p>	
<p>ARIPUANÃ E VILHENA</p>		<p>ÁREA 1 614 366 AC</p>	<p>PERÍMETRO 745 Km</p>
<p>MATO GROSSO E RONDÔNIA</p>		<p>ESCALA 1 1000 000</p>	<p>DATA 14/02/85</p>
<p>BR DR</p>		<p>PROCESSO Nº DEC Nº 73 563 DE 24/01/74</p>	<p>SELY CARTAGÃO/121 DC/02 E, 9020 E 3-1984</p>
<p>DEC Nº 70 888 DE 04/01/74</p>	<p>JOÃO JOSÉ MARIN SENYOR DAS MENSURAS</p>	<p>SENYOR DE CAMPO CHOPÉ DE DDP</p>	<p>VISTO ALMO ANANIAS PALEIRO SENYOR DE DPI</p>
<p>APROVADO DEPT. DE PATRIMÔNIO INDÍGENA PRESIDENTE</p>			

- ANEXO 5 -

ÁREA INDÍGENA ARIPUANÃ
- PROPOSTA DE ALTERAÇÃO -

ESCALA 1:1.000.000

— Limite da Área Indígena
de acordo com Portaria S67/11/6-03/79

— Limite proposto

△ Aldeia indígena
▲ Aldeia antiga (caçoeira)

— Terra
+ Campo de pouso

Elaborado na Carta Metalométrica Mundial
- WAC 3070 - Aripuanã - Brasil

